

## A CONDIÇÃO DA CRIANÇA ANTES DE 1760

Por que 1760? Pode surpreender a indicação de uma data tão precisa para a modificação das mentalidades. Como se de um ano para outro tudo se tivesse modificado. Não foi esse o caso, e Philippe Ariès mostrou que foi necessária uma longa evolução para que o sentimento da infância realmente se arraigasse nas mentalidades. Estudando muito cuidadosamente a iconografia relacionada com o assunto, a pedagogia e os jogos infantis, Ariès concluiu que, a partir do início do século XVII, os adultos modificam sua concepção da infância e lhe concedem uma atenção nova, que não lhe manifestavam antes. Essa atenção dada à criança, porém, não significa ainda que se lhe reconheça um lugar tão privilegiado na família que faça dela o seu centro.

Ariès teve o cuidado de observar que a família do século XVII, embora diferente da medieval, ainda não é o que ele chama de família moderna,<sup>1</sup> caracterizada pela ternura e a inti-

<sup>1</sup> P. Ariès, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Le Seuil, 1973, p. 457. (Ed. brasileira: *História social da criança e da família*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.)

midade que ligam os pais aos filhos. No século XVII, a sociedade monarquista ainda não reconheceu o reinado do Menino-Rei, centro do universo familiar. Ora, é esse reinado da criança que começa a ser ruidosamente celebrado nas classes ascendentes do século XVIII, por volta dos anos 1760-1770.

Data dessa época o aparecimento de uma floração de obras que concitam os pais a novos sentimentos e, particularmente a mãe ao amor materno. É certo que o médico parteiro Philippe Hecquet, desde 1708, Crousaz, em 1722, e outros, já havia feito a lista dos deveres da boa mãe. Mas não foram ouvidos pelos contemporâneos. Foi Rousseau, com a publicação de *Emile*, em 1762, que cristalizou as novas idéias e deu um verdadeiro impulso inicial à família moderna, isto é, a família fundada no amor materno. Veremos que depois do *Emile*, durante dois séculos, todos os pensadores que se ocupam da infância retornam ao pensamento rousseauiano para levar cada vez mais longe as suas implicações.

Antes daquela data, a ideologia familiar do século XVI, em descença nas classes dominantes, ainda sobrevivia nos demais estratos sociais. A acreditar não só na literatura, na filosofia e na teologia da época, mas também nas práticas educativas e nas estatísticas de que hoje dispomos, constatamos que, na realidade, a criança tem pouca importância na família, constituindo muitas vezes para ela um verdadeiro transtorno. Na melhor das hipóteses, ela tem uma posição insignificante. Na pior, amedronta.

### A CRIANÇA AMEDRONTA

Começemos pelo pior, já que as imagens negativas da infância antecedem as outras. Ainda em pleno século XVII, a filosofia e a teologia manifestam verdadeiro medo da infância. Velhas reminiscências, mas também novas teorias corroboram essa representação terrível.

1/ Durante longos séculos, a teologia cristã, na pessoa de Santo Agostinho, elaborou uma imagem dramática da infância. Logo que nasce, a criança é símbolo da força do mal, um ser imperfeito esmagado pelo peso do pecado original. Em *A cidade de Deus*,<sup>2</sup> Santo Agostinho explicita longamente o que entende por "pecado da infância". Descreve o filho do homem, ignorante, apaixonado e caprichoso: "Se o deixássemos fazer o que lhe agrada, não há crime em que não se precipitaria." G. Snyders<sup>3</sup> observa com razão que, para Santo Agostinho, a infância é o mais forte testemunho de uma condenação lançada contra a totalidade dos homens, pois ela evidencia como a natureza humana corrompida se precipita para o mal.

A dureza desse raciocínio choca-nos hoje talvez mais do que as palavras de Freud chocavam nossos avós. Admitimos perfeitamente que a criança não seja inocente sexualmente, mas rejeitamos a idéia de uma culpabilidade moral. Como compreender as terríveis afirmações feitas por Santo Agostinho nas suas *Confissões*:<sup>4</sup> "Fui concebido na iniquidade... é no pecado que minha mãe me gerou... onde portanto, Senhor, onde e quando fui inocente?", se não em referência à teoria do pecado original, ainda influente no século XVII?

Não nos surpreende menos ver a criança acusada dos maiores pecados e condenada segundo as normas dos adultos. Para Santo Agostinho, o pecado de uma criança em nada difere do pecado de seu pai. Nenhuma diferença de natureza, apenas de grau, entre os dois: a consciência, a vontade má ou a premeditação em nada modificam a situação: "Não é um pecado desejar o seio chorando? Pois se eu desejasse agora, com o mesmo ardor, um alimento conveniente à minha idade, seria alvo de zombaria... trata-se portanto de uma avidez má, visto

<sup>2</sup> Livro XII, cap. 22.

<sup>3</sup> G. Snyders, *La pédagogie en France aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles*, tese, Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Paris, PUF.

<sup>4</sup> *Confessions*, I, cap. 7.

que, ao crescer, nós a debelamos e rejeitamos.”<sup>5</sup> Essa homogeneidade afirmada sem nenhuma nuance entre duas etapas da vida confirma a tese de Agriès de que não se tinha nenhum sentimento da especificidade da infância até uma data relativamente recente de nossa história. Santo Agostinho, porém, vai mais longe ainda, opondo a imperfeição infantil à perfeição a que todo adulto deve tender. A infância não somente não tem nenhum valor, nem especificidade, como é o indício de nossa corrupção, o que nos condena e do que devemos nos livrar. A Redenção passa, portanto, pela luta contra a infância, ou seja, a anulação de um estado negativo e corrompido.

Mas as palavras do Cristo nos deram uma outra imagem da infância. Não proclamou ele a sua inocência ao aconselhar aos adultos que se assemelhassem às crianças? Não lhes deu um lugar de honra ao seu lado, ao dizer: “Deixai vir a mim as criancinhas”?

Santo Agostinho traduzia as palavras de Jesus, e respondia assim: “Não, Senhor, não há inocência infantil.” O valor da infância é totalmente negativo e consiste apenas em uma ausência da verdadeira vontade. A vontade da criança é demasiado fraca para ser realmente má e opor-se conscientemente à vontade de Deus. “É portanto uma imagem da humildade que haveis louvado na pequenez da criança, quando dissestes: ‘Aos que lhes são semelhantes pertence o reino dos céus’.”<sup>6</sup> A consequência de tal teoria será, certamente, uma educação totalmente repressiva e contrária aos desejos da criança.

A natureza é tão corrompida na criança que o trabalho de recuperação será penoso. Santo Agostinho justifica de antemão todas as ameaças, as varas e palmatórias. Nunca a palavra “educação”<sup>7</sup> foi mais justamente utilizada. Como retificamos a árvore nova com uma estaca que opõe sua força reta à força

<sup>5</sup> Id. *Ibid.*

<sup>6</sup> Id. *Ibid.*

<sup>7</sup> Vem do latim *educare*, que significa: endireitar o que é torto ou malformado.

contrária da planta, a correção e a bondade humana são apenas o resultado de uma oposição de forças, isto é, de uma violência.

O pensamento agostiniano reinou por muito tempo na história da pedagogia. Constantemente retomado até o fim do século XVII, manteve, não importa o que se diga, uma atmosfera de dureza na família e nas novas escolas.

Os pedagogos, quase sempre mestres em teologia, recomendam aos pais a frieza em relação aos filhos, lembrando-lhes incessantemente sua malignidade natural, que seria um pecado alimentar. Um deles, o célebre pregador espanhol J. L. Vivès,<sup>8</sup> cuja obra *A instituição da mulher cristã* foi traduzida do latim para o francês e várias vezes reeditada em França a partir de 1542, denuncia com severidade a ternura e a educação tolerante que as mulheres tinham tendência a dar aos filhos: “As delícias são o que mais debilita o corpo; por isso, as mães perdem os filhos, quando os amamentam voluptuosamente. Amaí como deveis, de modo que o amor não impeça aos adolescentes afastarem-se de vícios, e incitai-os ao temor por meio de leves admoestações, castigos e prantos, a fim de que o corpo e o entendimento se tornem melhores, pela severidade da sobriedade e da alimentação. Mães, compreendei que a maior parte da malícia dos homens vos deve ser imputada.<sup>9</sup> Pois vós rides de seus erros com vossas loucuras; vós lhes incutis opiniões perversas e perigosas... e os lançais a atos diabólicos com vossas lágrimas e paixões culpáveis; pois vós amais antes os homens ricos ou mundanos, do que os bons... temeis que as crianças tenham frio ou calor para ensinar-lhes as virtudes, e, tratando-as com delícias, vós as tornais viciosas; depois, verteis cálidas lágrimas e lamentais o que fizestes. É notória a fábula do adolescente que ia ser enforcado, que implorou a presença da mãe e lhe arrancou a orelha, por

<sup>8</sup> 1492-1540.

<sup>9</sup> Grifo nosso. Argumento que encontraremos, em diferentes formas, até hoje.

não o ter castigado bem na infância. Que se poderá dizer do furor e da loucura das mães que amam os filhos viciosos, bêbedos e negligentes mais do que os virtuosos, os modestos, sóbrios e pacíficos? . . . Entre os filhos, o mais querido da mãe é comumente o pior."

Muitas idéias merecem nossa atenção neste longo texto de Vivès. Trata-se, em primeiro lugar, de um combate à uma atitude materna que devia ser comum na época de sua redação: os mimos e a tolerância das mães. Portanto, este trecho protesta contra uma ternura realmente existente, e que numerosas mães parecem desconhecer um século depois.

Carícias e ternuras são traduzidas por Vivès em termos de frouxidão e pecado. A ternura é moralmente culpável por duas razões: estraga a criança e a torna viciosa, ou melhor, acentua seu vício natural, em lugar de debelá-lo. Por outro lado, é a manifestação de uma fraqueza condenável da mãe que, por egoísmo, prefere seu prazer pessoal ao bem do filho. É ainda ao prazer da mãe e do filho que alude o importante trecho sobre a amamentação: "*as mães perdem os filhos quando os amamentam voluptuosamente.*" À primeira vista, seríamos tentados a crer que Vivès se declara contra a amamentação materna. Mas nada seria mais falso, pois sabe-se que Vivès, como Erasmo ou Scévole de Sainte-Marthe, militavam vigorosamente em prol do aleitamento materno, já em desuso na alta aristocracia.

O texto volta-se não contra a amamentação em si, mas contra seu aspecto voluptuoso. A amamentação poderia ser um prazer ilícito que a mãe se proporciona e que causaria a perda moral da criança. O leitor do século XX não pode deixar de ser sensível à observação de Vivès. É verdade que a amamentação pode ser um prazer físico para a mãe. Em termos freudianos, falaríamos mesmo de um verdadeiro prazer sexual. É verdade também que esse prazer é partilhado pelo bebê que mama. A psicanálise atribui, aliás, a esses momentos privilegiados um papel fundamental no desenvolvimento ulterior da

criança. Ora, o teólogo, ao contrário do psicanalista, vê nessa relação amorosa e física entre a mãe e o filho a fonte de uma má educação. Amamentando assim, a mãe "perde" moralmente o filho. Três séculos mais tarde, a psicanálise parece responder a esse teólogo rigorista, dizendo exatamente o inverso: dessa primeira relação bem-sucedida (a amamentação) depende o bom equilíbrio psíquico e moral da criança. Nesse meio tempo, o conceito de felicidade (de bom) substituiu o de bem.

Cem anos depois, e até o fim do século XVII, o pensamento de Santo Agostinho e as proposições de Vivès são ainda desfechados em escritos e do alto de numerosas cátedras um exemplo é este trecho de um sermão de V. Houdry:<sup>10</sup> "Mas como a maioria dos cristãos ama os filhos? Têm por eles apenas um amor cego, perdem-nos com criminosas tolerâncias. . . e mesmo recobrando esse amor com o pretexto da inocência e da gentileza, perdoam-lhes os defeitos, dissimulam-lhes os vícios e não os educam enfim senão para o mundo, e não para Deus."

É um texto dirigido às classes aristocráticas e cultas, às quais os pedagogos censuram em coro uma excessiva tolerância com sua prole (expressão de seu narcisismo?), ao mesmo tempo que uma falta de cuidado e de atenção educativa. A sua atitude não reflete o amor-amizade de que já falamos. Em nome dos postulados agostinianos, a boa amizade pelo filho não pode ser tolerante. Deve ser uma atitude rigorosa que jamais perde de vista que a finalidade da educação é salvar a alma do Pecado. Semelhante à ideologia platônica, a pedagogia do século XVII pretende atribuir um papel importante ao castigo redentor: para salvar uma alma, não hesitemos em castigar o corpo.

Ora, a recuperação do ser maligno que é a criança não é fácil. É uma tarefa fastidiosa e incessante, que cansa muitos pais. Não será mais agradável agir como se a prole fosse perfeita? Reduzindo assim o trabalho educativo, pode-se tratar, de coração leve, de outras coisas mais divertidas.

<sup>10</sup> Sermon 24: "Do cuidado dos filhos."

É mais esse estado de espírito leviano e preguiço do que o excesso de amor e de cuidados dos pais pelos filhos que a teologia do século XVII combate. Sua tolerância só é criminosa porque deixa assim a alma infantil entregue ao seu pecado original, e porque resulta do formidável egoísmo dos pais, de que voltaremos a falar.

No final do século XVII, C. Joly, em seu *Sermon pour le pères* diz claramente aos pais a verdade que muitos não querem ouvir: "Sabeis... o que custa a pais e mães educar filhos desobedientes, recuperar filhos mal-nascidos, manter filhos sem gênio e sem talento, para conquistar filhos ingratos e sem caráter, para reconduzir aos seus deveres filhos extraviados e entregues às paixões, filhos desregrados e libertinos, pródigos e dissipadores. Não é disso que estão cheias as famílias, e que haverá de mais comum?" Texto bastante cruel, com forte cheiro de agostinismo e que aparecerá como um *leitmotiv* do século XVII até o início do XVIII. Fazem-lhe eco Bossuet: "A infância é a vida de um animal",<sup>11</sup> e o doce São Francisco de Sales, que afirma: "Não só em nosso nascimento, mas ainda durante nossa infância, somos como animais privados de razão, de palavras e de discernimento."<sup>12</sup>

Essa imagem dramática da infância inspirou dois grandes movimentos pedagógicos do século XVII: o Oratório e Port-Royal. Apesar da educação nova que ali se queria ministrar, sua concepção da infância pouco se modificara. Não foi Bérulle,<sup>13</sup> chefe do Oratório, que escreveu: "O estado infantil é o estado mais vil e mais abjeto da natureza humana depois da morte"? E de onde vem essa desconfiança acerca da infância na educação jansenista, senão da mesma fonte?

No regulamento de Port-Royal, Jacqueline Pascal, em perfeita consonância com o pensamento do irmão, recomenda

<sup>11</sup> Bossuet, *Méditation sur la brièveté de la vie*.

<sup>12</sup> *Sermon pour le jour de la Nativité de Notre Dame*, citado por G. Snyders, p. 195.

<sup>13</sup> *Opuscules de piété*, n. 69.

que se isole a criança pequena e que se desconfie de sua espontaneidade. Para combater os maus instintos das meninas do Mosteiro, não chega ela a exigir que todos os atos do dia sejam acompanhados de uma prece quase contínua, tão grande é o medo do pecado?<sup>14</sup> Assim as meninas, algumas das quais com menos de cinco anos, deviam dizer, ao se vestirem: "Lembremos de nos despojarmos do homem velho e de nos revestirmos do novo... reconheço, meu Deus, que a necessidade que tenho destas roupas é uma prova da corrupção que herdei de meus primeiros pais..." Ademais, Jacqueline Pascal recomendava que se exortasse as crianças a conhecerem, elas mesmas, seus vícios e suas paixões, para que sondassem "até à raiz os seus defeitos".

Foi essa a concepção dominante da infância na pedagogia e na teologia do século XVII. Poder-se-ia objetar que tais teorias apenas prolongavam idéias antigas, e que, longe de trazerem uma nova mentalidade, testemunhavam um sistema de valores agonizante.

Não se pode dizer o mesmo da nova filosofia, a de Descartes, que pôs fim à hegemonia da todo-poderosa escola aristotélica. E se Bérulle é o continuador de Santo Agostinho, Descartes foi sem dúvida aquele que baniu o pensamento escolástico.

Ora, a filosofia cartesiana, tão inovadora em todos os domínios, retoma num outro registro a crítica da infância. Descartes não diz que a infância é a ocasião do pecado. Diz, o que talvez seja igualmente trágico vindo de sua pena, que ela é a ocasião do erro.

Segundo Descartes, a infância é antes de mais nada fraqueza do espírito, período da vida em que a faculdade de conhecer, o entendimento, está sob a total dependência do corpo. A criança não tem outros pensamentos senão as impressões suscitadas pelo corpo. O feto já pensa, mas esse pensamento não passa de um magma de idéias confusas. Desprovida

<sup>14</sup> Cf. *Entrer dans la vie*, p. 29, 1978 (col. Archives).

de discernimento e de crítica, a alma infantil se deixa guiar pelas sensações de prazer e de dor: está condenada ao erro perpétuo.<sup>15</sup>

É preciso, portanto, livrar-se da infância como de um mal. O fato de todo homem ter sido antes necessariamente criança é que constitui a causa de seus erros. A criança não só é desprovida de discernimento, não só é dirigida pelas sensações, como, além disso, é banhada pela atmosfera fétida das falsas opiniões. Ela mama, diz Descartes, o preconceito junto com o leite de sua ama. Vejam essas amas ignorantes que ensinam um sem-número de idéias falsas às crianças que estão sob sua guarda! Nunca viram uma ama dizer à criança que se machucou ao cair sobre uma pedra que bata nela, como se a pedra fosse uma pessoa dotada de vontade?

A desgraça é que as opiniões adquiridas na infância são as que marcam mais profundamente o homem. É preciso nada menos do que toda uma vida para eliminar esses maus hábitos. Mesmo assim, poucos o conseguem. Em sua maioria, os homens estão condenados, pela falta de caráter e de inteligência, a permanecer presos à sua infância. Que ascese não foi necessária ao próprio Descartes, quantas angústias não teve de enfrentar para livrar-se de seus maus hábitos e de sua infância! A maioria dos homens, porém, está sujeita à fraqueza de sua vontade. Ora, a cada momento de desatenção, o homem está ameaçado de recair na ilusão e na confiança espontânea concedida às aparências sensíveis. É por isso que Descartes deplora claramente que todo homem tenha de passar primeiro por essa etapa infantil: "porque fomos todos crianças antes de sermos homens... É quase impossível que nossos julgamentos sejam tão puros e sólidos quanto o teriam sido se tivéssemos tido o pleno uso de nossa razão desde o momento do nascimento..."<sup>16</sup>

<sup>15</sup> *Principes de philosophie*, n. 71: "A principal causa de nossos erros e geralmente da dificuldade de aprender as ciências e de nos representarmos claramente as idéias são os preconceitos da infância."

<sup>16</sup> *Discours de la méthode*, 2.<sup>a</sup> parte.

Ainda aqui, a infância é aquilo de que nos devemos livrar para sermos um homem digno desse nome. Sabemos como Freud inverteu a proposição, proclamando que a criança é o pai do homem. O próprio Descartes talvez lhe tivesse dado razão, mas para lamentá-lo. Essa condição própria da alma vulgar não podia, nem devia, ser a do filósofo.

Podemos mesmo perguntar se a infância, para Descartes, não é a causa essencial da distância que nos separa do modelo divino. Já que ela constitui um obstáculo tão considerável ao nosso acesso à verdade, podemos, por um instante, imaginar que no sistema cartesiano, se o homem chegasse a expurgar totalmente a criança que nele dorme, seria quase semelhante a Deus. É certo que o homem não tem um entendimento infinito como Deus, mas seu entendimento finito poderia, sem a infância, ser tão verídico, no que se refere à matéria, quanto o entendimento de Deus. Naturalmente e sem esforço, o homem deixaria de julgar o que não conhece. A dúvida metódica, resultado de um esforço de vontade tão difícil para o homem ainda imerso na sua infância, tornar-se-ia uma atitude espontânea e indolor. Vista desse ângulo, a infância é a antitranscendência divina, a punição do homem. Ela desempenha portanto um papel semelhante em Descartes e em Santo Agostinho, ao nos distanciar de Deus e de sua perfeição. Erro ou pecado, a infância é um mal.\*

#### A CRIANÇA-ESTORVO

A imagem trágica da infância, como a concebiam teólogos, pedagogos e filósofos, não era provavelmente a mais fixada pelo povo em geral. Embora não devamos negligenciar a influência dos ideólogos e dos intelectuais nas classes dominantes e cultas, essa influência era claramente limitada nos outros meios sociais.

Considerando-se os comportamentos reais de uns e de outros, temos a impressão de que a criança é considerada mais como um estorvo, ou mesmo como uma desgraça, do que como

\* é uma mentira

o mal ou o pecado. Por motivos diferentes e até opostos, a criança, e particularmente o lactente, parece constituir um fardo insuportável para o pai, a quem toma a mulher e, indiretamente, para a mãe.

Os cuidados, a atenção e a fadiga que um bebê representa no lar nem sempre parecem agradar aos pais. E estes, em diversos meios sociais, não têm êxito, segundo a expressão de Shorter, "no teste do sacrifício"<sup>17</sup>, o mais claro símbolo do que entendemos hoje por amor dos pais e, mais precisamente, por amor materno. Como muitos desses pais não podem — e também alguns, mais numerosos do que habitualmente se pensa, não querem — fazer o necessário sacrifício econômico ou o de seu egoísmo, não foram poucos os que pretenderam se desembaraçar desse fardo. Existia-e-ainda existe uma gama de soluções para esse problema, que vai do abandono físico ao abandono moral da criança. Do infanticídio à indiferença. Entre os dois extremos, possibilidades diversas e bastardas, cujos critérios de adoção são essencialmente econômicos.

É fora de dúvida que o infanticídio puro e simples é geralmente manifestação de um desespero humano considerável. O assassinio consciente de uma criança jamais é prova de indiferença. Como tampouco o abandono do recém-nascido nunca é feito de coração leve. Não é sem emoção, é provavelmente com culpa, que essas mães pregam pequenos bilhetes na roupa do bebê que abandonam. J.-P. Bardet<sup>18</sup> lembra alguns deles que mostram que as mães esperavam vir um dia buscar os filhos. Algumas anotam o nome e as particularidades do recém-nascido, outras justificam seu ato. A miséria e a doença em alguns casos, situações insustentáveis em outros, muitas vezes mães solteiras.

<sup>17</sup> E. Shorter, *Naissance de la famille moderne*, Paris, Le Scuil, 1977, p. 210.

<sup>18</sup> J.-P. Bardet, "Enfants abandonnés et enfants assistés à Rouen", in *Hommage à Marcel Reinhard* (1973), p. 37.

Por vezes, porém, um enxoval luxuoso acompanha o bebê, provando que o pecado e o abandono que o segue não é apanágio dos pobres... Mas ao lado desses gestos desesperados figuram outros gestos e outras opções que por vezes têm, mesmo que estes tenham sido involuntários, conseqüências igualmente trágicas. É difícil acreditar em sua perfeita inocência, mesmo admitindo plenamente a existência de circunstâncias atenuantes.

O primeiro sinal da rejeição do filho está na recusa materna a dar-lhe o seio. E isso sobretudo numa época em que esse gesto significava uma possibilidade muito maior de sobrevivência para a criança, como veremos em detalhe. Essa recusa podia ter motivos diferentes, mas culminava numa mesma necessidade: o recurso a uma ama mercenária, com a dupla possibilidade, segundo os recursos financeiros, de instalá-la na residência da família, ou de lhe mandar a criança.

O hábito de contratar amas-de-leite é muito antigo na França, já que a abertura da primeira agência de amas, em Paris, data do século XIII. Sabemos também que naquela época o fenômeno se limitava quase exclusivamente às famílias aristocráticas. Fenômeno interessante, de que voltaremos a falar. Sabemos, finalmente, que o hábito de contratar amas-de-leite para os filhos generalizou-se no século XVIII, quando chegou a ocorrer uma escassez de amas.

Entre essa primeira manifestação, no século XIII, e o século XVIII, não dispomos de informações precisas em decorrência das deficiências administrativas da época. Nascimentos e mortes eram mais ou menos bem consignados nos registros paroquiais. Será preciso esperar a declaração real de 9 de abril de 1736, que obrigava os curas a firmar dois registros semelhantes e a entregar um deles, a cada ano, ao arquivo do bailiado, para termos fontes sérias sobre o problema que nos

ocupa.<sup>19</sup> Isso explica que os historiadores contemporâneos só tenham realizado trabalhos notáveis sobre as crianças confiadas a amas-de-leite, nas diferentes regiões da França, a partir da segunda metade do século XVIII.

Para avaliar esse fenômeno entre os séculos XIII e XVIII dispomos apenas de fontes oficiais muito insuficientes, e sobretudo de testemunhos pessoais tal como aparecem em livros de memórias ou diários de chefes de família que relatam os acontecimentos familiares em maior ou menor detalhe.

Até o fim do século XVI, parece que a amamentação mercenária só é procurada pela aristocracia. É às mulheres nobres que um Vivès ou um Erasmo se dirigem, censurando-as por não amamentarem os filhos. Mas essas mulheres ricas que trazem as amas para suas casas privam outras crianças, os filhos da ama, de sua mãe. Em consequência, cada vez que uma mãe se recusa a amamentar seu bebê, duas crianças são privadas do leite materno. Ao escrever os seus *Essais*, nos anos 1580-1590, Montaigne já reclama contra isso. Diz ele: "É fácil ver por experiência que essa afeição natural (amor dos pais), a que damos tanta autoridade, tem raízes bem frágeis. Em troca de um pequeno benefício, arrancamos *todos os dias* crianças dos braços das mães e a estas *encarregamos de nossos próprios filhos*; obrigamos essas mães a abandonar os filhos a alguma pobre ama a quem não desejamos entregar os nossos, ou a alguma cabra."<sup>20</sup>

Montaigne parece afirmar igualmente que a prática por ele denunciada é mais corrente e mais amplamente utilizada nas diferentes camadas sociais do que se pensa. Aliás, o próprio Montaigne, que não pertencia à alta aristocracia, quis que sua mulher recorresse a amas, de tal modo o irritava a presença de crianças pequenas sob seu teto. Quando foi obrigado a fazer

<sup>19</sup> Lendo a correspondência do intendente Turgot em sua circunscrição do Limousin (1753-1774), tem-se a impressão de que a obrigação imposta aos curas nem sempre era seguida.

<sup>20</sup> *Essais*, livro II, cap. 8 (grifo nosso).

uma exceção para sua última filha (Léonore), o fez, segundo suas palavras, sem grande entusiasmo.

Segundo o testemunho dos diários de chefes de família da grande burguesia parlamentar, constata-se que as mães do século XVI amamentavam elas mesmas os seus filhos. Os autores de *Entrer dans la vie*<sup>21</sup> mencionam um trecho muito revelador de um desses livros de família. Madeleine le Goux, casada em 1532, com Anatole Froissard, conselheiro do parlamento de Dole, teve cinco filhos e a todos amamentou. Estes começaram, quando se tornaram pais, a utilizar em proporções maiores ou menores os serviços de amas-de-leite. Já os netos de Madeleine Froissard, casados no princípio do século XVII, enviaram sistematicamente os filhos para a casa de amas desde o nascimento. Assim, em menos de trinta anos, observam os relatores desse testemunho, do fim do século XVI ao início do século XVII, a moda de enviar o filho para a casa de uma ama conquistou essa família de uma maneira irreversível.

Segundo numerosos testemunhos, foi no século XVII que o uso de deixar a criança na casa da ama-de-leite se generalizou entre a burguesia.<sup>22</sup> Foi a vez das mulheres dessa classe pensarem que tinham coisas melhores a fazer, e o disseram. Um estudo de Jean Ganiage<sup>23</sup> sobre os lactentes parisienses confiados a amas-de-leite em Beauvaisis confirma esse fato.

Mas é no século XVIII que o envio das crianças para a casa de amas se estende por todas as camadas da sociedade urbana. Dos mais pobres aos mais ricos, nas pequenas ou grandes cidades, a entrega dos filhos aos exclusivos cuidados de uma ama é um fenômeno generalizado.

<sup>21</sup> Extrato do diário da família Froissard. *Entrer dans la vie*, p. 155.

<sup>22</sup> *Entrer dans la vie*, p. 156-158.

<sup>23</sup> "Nourrissons parisiens en Beauvaisis", in *Hommage à Marcel Reinhard*, p. 271-273: "Os primeiros falecimentos de lactentes confiados a amas, que podemos identificar, remontam a cerca de 1660, mas, 15 ou 20 anos antes, o aparecimento de sobrenomes incomuns nos registros de sepultamento trai a presença de crianças estranhas na Paróquia."



Como sempre, Paris dá o exemplo, mandando seus bebês para fora de seus muros, por vezes a distâncias de até 50 léguas, para a Normandia, a Borgonha, ou o Beauvaisis. Foi Lenoir, tenente-geral de polícia, que prestou as preciosas informações à rainha da Hungria.<sup>24</sup> Em 1780, na capital, em cada grupo de 21 mil crianças que nascem anualmente (numa população de oitocentos a novecentos mil habitantes), menos de mil são amamentadas pelas mães, mil são amamentadas por uma ama a domicílio. Todas as outras, ou seja, 19 mil, são enviadas para a casa de amas. Dessas 19 mil confiadas a amas fora do teto materno, duas ou três mil, cujos pais dispunham de rendimentos cômodos, deviam ser colocadas nas proximidades de Paris.<sup>25</sup> As outras, menos afortunadas, eram relegadas para longe.

Em Lyon, constata-se o mesmo fenômeno. O chefe de polícia, e não menos humanista, Prost de Royer, observa que "a população de 180 mil, talvez 200 mil, dá todos os anos a Lyon cerca de seis mil nascimentos... Dessas seis mil crianças, há no máximo mil a quem os pais podem dar boas amas-de-leite. As outras são entregues... a amas fracas e miseráveis." Segundo Prost, não se pode nem mesmo contar o número de crianças amamentadas diretamente pelas mães.

O fenômeno, porém, não atinge apenas as grandes cidades. O estudo de Alain Bideau<sup>26</sup> sobre a cidadezinha de Thoissey-en-Dombes, entre Mâcon e Lyon, prova que "seus habitantes se comportavam como os lioneses, os parisienses e os meulaneses<sup>27</sup> e mandavam seus filhos para o campo".

<sup>24</sup> *Détails sur quelques établissements de la ville de Paris demandés par sa Majesté Impériale, la Reine de Hongrie, à L. Lenoir, lieutenant général de Police, Paris, 1780.*

<sup>25</sup> Cf. artigo de Galliano sobre a "Mortalité infantile dans la banlieue sud de Paris" (1966).

<sup>26</sup> *L'envoi des jeunes enfants en nourrice.* Exemplo de uma cidade pequena: Thoissey-en-Dombes (1740-1840).

<sup>27</sup> Cf. M. Lachiver, *La population de Meulan du XVI<sup>e</sup> ao XVIII<sup>e</sup> siècle, Étude de démographie historique*, Sevpem, 1969, p. 123-132.

Graças à existência de melhores registros paroquiais, os historiadores pacientes puderam detectar a distribuição sócio-profissional dos pais das crianças mortas em casa de amas. O que nos interessa, no momento, é antes a origem social dos pais naturais que a proporção de crianças mortas, que estudaremos mais adiante.

Em Thoissey, a classificação feita por Bideau é a seguinte:

Profissão	Número	Porcentagem
Desconhecida	9	4,4
Comerciantes	83	40,9
Artesãos	53	21,1
Operários	9	4,4
Burgueses	14	6,9
Profissões liberais	17	8,4
Funcionários da justiça	15	7,4
Jornaleiros	2	1,0
Camponeses	1	0,5
Diversos		
<b>TOTAL</b>	<b>203</b>	<b>100,0</b>

Como em Meulan, segundo os estudos de Lavicher, são essencialmente os bons burgueses que mandam seus filhos para a casa das amas. A. Bideau pensa que isso se verifica mais nas pequenas cidades, onde os mais pobres conservam os filhos, do que nas grandes.

Essa hipótese parece exata quando consideramos a distribuição sócio-profissional dos pais cujos filhos morreram em casas de amas em Lyon.<sup>28</sup>

<sup>28</sup> M. Garden, *Lyon et les Lyonnais au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Flammarion, 1975, p. 60.

Categorias sócio-profissionais	%
Operários da seda e artesãos	34,5
Têxteis diversos (ou anexos: tintureiros)	5,2
Negociantes e lojistas	10,7
Burgueses, nobres e profissões liberais	5,7
Comércio da alimentação	7,5
Comércio de vinho (estalajadeiros, hoteleiros)	2,8
Sapateiros e alfaiates	6,7
Ofícios da construção	6,1
Chapeleiros	1,6
Jornaleiros, trabalhadores braçais e domésticos	2,4
Carroceiros e transportadores	1,1
Artesãos diversos	15,7
TOTAL	100,0

Esses números mostram que em Lyon são os mais necessitados, e não os menos pobres, que mandam os filhos para fora, e que se trata mais de uma prática popular do que um hábito dos abastados.

Em seu estudo sobre as crianças parisienses entregues a amas em Beauvaisis, J. Ganiage constata que a margem direita da capital fornecia mais da metade dos efetivos dos lactentes entregues às amas: são principalmente os bairros de comerciantes e artesãos; na margem esquerda, é principalmente a paróquia de Saint-Sulpice a mais representada, com os filhos dos intendentos, cozinheiros ou lacaios das residências particulares.<sup>29</sup>

Em geral, conclui Ganiage, o leque social das crianças entregues a amas abria-se muito, indo da burguesia às classes populares, do conselheiro da corte aos operários. Apenas a nobreza e a alta burguesia quase não estavam representadas, pois essas famílias preferiam o sistema de contratar amas de leite a domicílio.

<sup>29</sup> *Op. cit.*, p. 281, p. 283.

Mas a origem social das crianças entregues a amas pode mudar sensivelmente de uma região para outra. É certo que os pais mais ricos das grandes cidades que mandam as crianças para as casas das amas escolhem as aldeias e as regiões mais próximas de seu domicílio, para melhor vigiar a criança, ou para lhe evitar uma longa viagem, logo após o nascimento. Essas localidades próximas, muito procuradas, são também as mais caras. Em conseqüência, quanto mais modesta a origem social da criança, mais distante ela ficará de seus pais. Paul Galliano dedicou um trabalho muito importante ao estudo da mortalidade infantil no subúrbio sul de Paris de 1774 a 1794.<sup>30</sup> Ele mostra que no conjunto das crianças mortas em casas de amas, cerca de 88% vinham de Paris. A margem direita e a margem esquerda estão aí igualmente representadas, mas as seções periféricas do norte da capital praticamente não se fazem presentes e as do leste estão totalmente ausentes. O que não surpreende, quando sabemos que são as mais pobres da cidade. Para esses bairros, a área ao sul da cidade, muito próxima, devia ser excessivamente cara.

Estudando a origem social dessas crianças, Galliano constata, como Ganiage, "o quanto a entrega da criança a uma ama era prática corrente nos meios mais diversos".

Os mais pobres, os biscateiros, não estão absolutamente representados, provavelmente porque a ausência de rendimentos estáveis lhes impediria pagar regularmente a uma ama. Já os comerciantes constituem sozinhos quase a metade dos casos registrados. Nesse quadro, ao contrário do estudo de Ganiage, constatamos a presença de crianças nobres.

<sup>30</sup> *Annales D. H.*, 1966, p. 166 a 172.

Quadro de Galliano: origem social das crianças entregues a amas

Profissão e nível social dos pais	Número de casos observados	
Nobreza	38	6 %
Funcionários civis, profissões liberais	100	15,5%
Oficiais e soldados plebeus	12	2 %
Comerciantes	283	44 %
Operários, artesãos, jornaleiros	155	24 %
Arrendatários, lavradores, viticultores	15	6 %
Domésticos	41	6 %
TOTAL	644	100 %

Quanto aos casais que acolhiam as crianças alheias, recrutavam-se entre os mais humildes, já que Galliano, ao examinar o imposto direto que pagavam, constata que era nulo, ou variava entre uma e cinco libras. São principalmente jardineiros ou jornaleiros, por vezes artesãos muito modestos. Todos esses estudos de números provam a generalidade da prática da entrega de crianças às amas. É preciso, porém, observar que duas categorias sócio-profissionais brilham pela ausência ou pela raridade em nossos quadros. Shorter nota a quase inexistência de filhos de operários de fábrica, ponta de lança da modernização. As mulheres que trabalhavam em fábricas colocavam os filhos em casa de amas durante o dia, mas iam buscá-los à noite, ao que parece. Mais importante é a ausência, em nossas listas, de filhos de camponeses remediados ou ricos.

Ora, segundo P. Goubert, o mundo camponês representa 80% dos franceses no século XVIII. Certamente, não há 80% de camponeses abastados ou ricos, e vimos aparecer nos quadros filhos de jornaleiros. Sabemos igualmente que as camponesas

mais pobres e necessitadas eram obrigadas a abandonar as próprias crianças para amamentar as das cidades.<sup>31</sup> Apesar disso, o mundo camponês representa uma exceção importante, pois prefere conservar os filhos em casa a livrar-se deles.

Deveremos considerar o afastamento do filho, como o sugere E. Le Roy Ladurie,<sup>32</sup> como indicador da patologia urbana? O estilo de vida e as dificuldades da cidade provocariam um desvio do sentimento materno? No campo, o instinto se mantém, mas a algumas léguas de distância ele se transforma em fumaça.

Que a cidade seja sinônimo de alienação para um grande número de seus habitantes, ninguém pensa em negar. Que torna a vida familiar impossível para muitos, é certo. A alienação econômica pode produzir comportamentos aberrantes, forçando o instinto de vida a fazer silenciar todos os outros.

Sem dúvida o filho constitui uma dificuldade considerável para todas as mulheres que são obrigadas a trabalhar para viver. Basta ler o estudo de Maurice Garden<sup>33</sup> sobre a cidade de Lyon para nos convenceremos disso. Ele mostra que as mulheres de operários e artesãos, grandes fornecedores de crianças para as amas, não tinham na verdade alternativa. E nos ofícios em que a mulher está diretamente associada ao trabalho do marido que lhe é mais difícil conservar e criar os filhos. Assim ocorre com as mulheres dos operários da seda, cujas imensas dificuldades no século XVIII são conhecidas. A mulher trabalha ao lado do marido. Para que o trabalho seja um pouco rentável, não é possível tolerar os atrasos consecutivos provocados pelos cuidados com os filhos. O filho desses trabalha-

<sup>31</sup> Nem todas as amas agiam assim. Cf. o artigo de Antoinette Chamoux, em *Annales de Démographie Historique*, 1972: "A infância abandonada em Reims no século XVIII." As amas amamentavam seu filho e uma criança abandonada, ao mesmo tempo; por vezes também uma terceira, que quase certamente morreria.

<sup>32</sup> Cf. *Communications* 31, 1979.

<sup>33</sup> M. Garden, *Lyon et les Lyonnais au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Science-Flammarion, 1975.

dores será necessariamente excluído da família. Compreendemos então por que encontramos nessa categoria sócio-profissional o maior número de crianças mortas em casa de uma ama.

Assim também, nos ofícios ligados à alimentação, a mulher cuida tradicionalmente da padaria ou do açougue. Se a mãe amamenta, o marido será obrigado a contratar um empregado para ocupar o lugar vago na loja. Essa atitude revela um dado econômico não desprezível: custava menos caro a esses casais enviar o filho para ser criado por uma ama do que empregar um trabalhador de pouca qualificação. Isso prova que muitas amas recebiam um salário miserável,<sup>34</sup> e explica em grande parte a condição das crianças que lhes eram confiadas.

Mais miseráveis ainda eram as mulheres dos chapeleiros e dos trabalhadores braçais em Lyon. Não trabalhando com o marido, elas tinham pequenos ofícios que praticavam em casa, ou em horário parcial, como as fiandeiras de seda, as bordadeiras ou vendedoras de frutas e legumes nos mercados. Nesses casais, os ganhos eram tão pequenos que os pais tinham interesse em conservar os filhos consigo, incapazes de pagar a uma ama, por mais barata que fosse. É isso que explica, segundo Garden, que nessas categorias sociais mais desfavorecidas se registrasse o menor número de crianças mortas em casa de amas.

Para os casais mais pobres da sociedade, o filho chega a ser uma ameaça à própria sobrevivência dos pais. Não lhes resta, portanto, outra escolha senão livrarem-se dele. Seja abandonando-o num orfanato, o que, como veremos, não lhe dá grandes possibilidades de sobrevivência, seja entregando-o à ama menos exigente possível,<sup>35</sup> o que também não lhe aumenta muito a probabilidade de viver; ou seja, finalmente por uma

<sup>34</sup> Donde a tentação, para a ama pobre, de aceitar vários bebês ao mesmo tempo, o que coloca ainda mais em risco a vida de cada um deles. Ver também A. Chamoux, *op. cit.*, p. 275.

<sup>35</sup> Muitas vezes os pais, não dando mais nenhum sinal de vida à ama, a ela abandonavam totalmente os filhos.

série de comportamentos mais ou menos tolerados, que levavam a criança rapidamente para o cemitério. Sobre esse último ponto, F. Lebrun levanta uma série de questões interessantes:

“Por que levar o mais depressa possível à igreja, para cerimônias suplementares do batismo, o recém-nascido já batizado sumariamente em casa, prática desastrosa em muitos casos (os registros de sepultamento o provam), e ainda menos justificada uma vez que o batismo sumário tem pleno valor de sacramento? Por que, na cidade, mandar a criança para a casa de uma ama poucos dias depois de seu nascimento, seja qual for seu estado de saúde, a estação do ano e a distância? Por que esse uso inveterado, apesar das proibições freqüentemente reiteradas das leis sinodais, de dormirem os pais na mesma cama com crianças novinhas, o que provocava freqüentes acidentes mortais por sufocação? Por que, de uma maneira geral, essa ausência de precauções elementares em torno do bebê, em casa da mãe ou *a fortiori* em casa da ama, pelo menos antes da tomada coletiva de consciência dos anos 1760-1770? Não se trataria, da mesma forma que em certos abortos, de uma estratégia (mais ou menos consciente, tomando o sentido da seleção natural) de limitação do número dos filhos no seio da família?”<sup>36</sup>

Philippe Ariès já pensava assim ao ver nessas diferentes práticas “coisas moralmente neutras, condenadas pelas éticas da Igreja, do Estado, mas praticadas em segredo, numa semi-consciência, no limite da vontade, do esquecimento, da inépcia”.

É preciso, porém, insistir no fato de que esses diferentes tipos de infanticídio foram característicos das mulheres mais pobres da sociedade. Nunca se poderá exagerar a importância do fator econômico nessas práticas assassinas. E ninguém teria a imprudência de afirmar que todas as mulheres que abandonavam, de um modo ou de outro, o filho, o faziam por falta

<sup>36</sup> F. Lebrun, *La vie conjugale sous l'Ancien Régime*, Paris, A. Colin, 1975, p. 152-153.

de amor. Elas estavam reduzidas a uma tal penúria física e moral que é justo indagar se teria havido lugar para um outro sacrifício vital; como o amor e a ternura teriam podido expressar-se nessa situação catastrófica? Basta pensarmos nessas mulheres do campo que, mal acabavam de parir, abandonavam o seu bebê para amamentar uma criança da cidade, recebendo sete libras por mês.<sup>37</sup> Ou encontravam mulheres ainda mais miseráveis que aceitavam amamentar a criança por apenas cinco libras; tudo isso para obter um lucro de duas libras. Num ou noutro caso, a criança tinha grande probabilidade de morrer.

Não se trata, portanto, de tomar esses exemplos como prova da inexistência do amor das mães. Poderíamos, no máximo, concluir pela superioridade do instinto de vida sobre o instinto materno. A mãe-pelicano que abre as próprias entranhas para alimentar os filhotes é um mito. Mesmo que existam numerosos casos em que a mãe sacrificou a vida pelos filhos. Os casos particulares jamais constituirão uma lei universal da natureza. Ora, os comportamentos instintivos são desse tipo.

Para explicar o exílio maciço das crianças da cidade para a casa das amas-de-leite, evocou-se o mais das vezes a situação econômica dos pais naturais. Essa explicação, se é necessária, não parece suficiente. Basta consultar os quadros das categorias sócio-profissionais dos pais de crianças mortas em casa de amas, para ter certeza disso. Ao lado das crianças de extração miserável, figuram dois outros tipos de crianças pertencentes a duas categorias sociais diferentes. Em primeiro lugar, aquelas cujos pais trabalham juntos, mas cuja situação econômica permitia folgadoamente à mãe ocupar-se do filho. Era o que ocorria com os comerciantes citados por Galliano, com os comerciantes de vinho, alfaiates ou artesãos mencionados por Ganiage ou Bideau. Estes tinham condições de conservar os filhos em casa e não o

<sup>37</sup> Números fornecidos por Chamousset, *Mémoire politique*, p. 12. Nos *Annales de Démographie Historique*, 1973, A. Chamoux observa que em Reims, em fins do século XVIII, uma ama-de-leite ganhava 8, 10 libras por mês.

faziam. Por quê? A explicação econômica não sendo suficiente, é preciso abandoná-la e recorrer ao fator social. A razão sugerida por E. Shorter parece a mais convincente: "Se careciam do amor materno, é que estavam obrigadas pelas circunstâncias materiais e pela atitude da comunidade a colocar o bem-estar da criança depois de certas outras considerações, como a necessidade de tomar conta da fazenda ou de ajudar o marido a tecer."<sup>38</sup>

Parece que, no caso dessa pequena burguesia trabalhadora, os valores sociais tradicionais pesam mais do que em outras camadas: como a sociedade valoriza o homem, e portanto o marido, é normal que a esposa dê prioridade aos interesses deste sobre os do bebê.

A opção dessas mulheres (já que economicamente podiam agir de outra maneira) era determinada pela influência da ideologia dominante. A autoridade do pai e do esposo domina a célula-familiar. Fundamento econômico e chefe moral da família, ele é também o seu centro; tudo deve girar em torno dele.<sup>39</sup>

Mas resta ainda uma terceira categoria de mulheres cujos motivos de ação foram até agora pouco investigados: aquelas sobre as quais não pesa nenhuma hipoteca econômica, e que são também as menos submetidas aos valores tradicionais. Também elas entregaram os filhos a amas-de-leite, recusando-se a dar-lhes o seio. Menos numerosas que as outras, são no entanto as que mais nos interessarão no capítulo que se segue. Pois é a partir de seu comportamento, sendo elas as mais livres, que poderemos questionar com mais segurança a espontaneidade do amor materno.

<sup>38</sup> Shorter, *op. cit.*, p. 210. Grifado por nós para indicar que é essa segunda razão que se relaciona com o segundo tipo de pais.

<sup>39</sup> É o que testemunha a avó de Rétif de La Bretonne, ao acolher, aliás com alegria, seu filho Edme, de volta de viagem: "Não devo me ocupar tanto deste querido filho a ponto de esquecer o pai... Vamos, minhas filhas, sirvam um pouco o seu irmão; quanto a mim, eis o que me cabe (o esposo) e não o cederei a ninguém, nem mesmo aos meus filhos", em *La vie de mon père*, p. 58.

A atitude dessas mulheres é ainda mais notável por ter sido nas classes dominantes, a que pertenciam, que nasceu, como o mostrou P. Ariès, o sentimento da infância. É indispensável lê-lo para ver nascer, a partir do século XVI, a consciência da especificidade da criança. Mas, apesar dos progressos realizados, certos indícios revelam, ainda no século XVIII, uma indiferença persistente da sociedade que tenderia a mostrar que a criança nem sempre adquirira uma posição verdadeiramente significativa.

#### PERSISTÊNCIA DO DESPREZO PELA CRIANÇA

##### Um brinquedo

Um primeiro índice é a representação usual da criança como um brinquedo ou uma máquina. Sabemos que no século XVIII a criança pequena é designada pela palavra *poupart*, que significava não o que entendemos hoje por *poupon*, bebê, mas o que chamaríamos de *poupée* (boneca).

O *poupart* é considerado com muita freqüência pelos pais como um brinquedo divertido do qual se gosta pelo prazer que proporciona, e não pelo seu bem. É uma espécie de pequeno ser sem personalidade, um "jogo" nas mãos dos adultos. Assim que deixa de distrair, deixa de interessar. É o que alguns moralistas censuram nos pais do século XVIII. Por exemplo, Crousaz:<sup>40</sup> "Tratais vossos filhos como estes tratam suas bonecas. Diverti-vos com eles enquanto são engraçados, ingênuos e dizem coisinhas divertidas. Mas quando têm idade e se tornam sérios, não vos interessam mais. Vós os abandonais como se abandonam as bonecas." E então, "à familiaridade excessiva sucede uma severidade exagerada, ou uma indiferença gélida". Essa observação de Crousaz é comprovada por *Le journal*

<sup>40</sup> Crousaz, *Traité de l'éducation des enfants* (1722).

*d'Héroard*, sobre a educação do jovem Luís XIII. A familiaridade sexual dos adultos com a criança, e mesmo a de seus pais, mostra que tudo isso não deixa de ter inconvenientes. A criança não é um ser humano completo. Talvez alguns pensem que esses jogos, proibidos depois dos sete anos, provam apenas uma concepção da inocência infantil.

Além do fato de os teólogos e os pedagogos afirmarem o contrário, é mais plausível que essas atitudes relevem a insignificância da criança: mais um brinquedo sem alma do que uma alma carregada de pecado ou uma alma perfeitamente inocente. Se acreditassem nessa inocência, sem dúvida teriam tido medo de conspurcá-la, provocando maus desejos na criança. Para os que o cercam, o pequeno Rei, que reage alegremente às carícias que lhe são dispensadas, dá provas de um bom reflexo. Nada de mais, a pequena máquina que é a criança funciona corretamente. Aqui, desejos, paixões, pecados não têm lugar algum, pois um mecanismo não os possui.<sup>41</sup>

Quando crescem, continuam a ser consideradas como máquinas. A disciplina é levada tão longe, diz Crousaz, que elas se habituam a fechar-se em seus pensamentos, a não expressar nem sentimento, nem raciocínio. Parecem obedecer mecanicamente aos pais. Foi o que Marivaux percebeu muito bem em *Le spectateur*, ao descrever crianças afetadas, educadas numa etiqueta estreita e seca, habituadas a fazer impecavelmente um cumprimento. Torna-se então tentador comparar a criança a um autômato, sem vida e sem alma.

A idéia da criança-máquina será retomada por um bom número de médicos da época. Em 1784 o médico Alphonse Leroy escrevia: "É fácil modificar os princípios que constituem a criança." Para ele, como para outros, a criança é uma máquina cujas molas, forma e matéria seriam fáceis de reformar à nossa

<sup>41</sup> É bem isso, também, o que censura Crousaz, ao escrever: "Consideram-se habitualmente as crianças como pequenas máquinas: as pessoas as utilizam como se fossem seres sem raciocínio."

<sup>42</sup> E. Pilon, *La vie de famille au XVIII<sup>e</sup> siècle*, p. 124-125.

vontade. Ela dá a entender que se poderia reconstruir, remodelar uma criança segundo um novo modelo, graças à medicina e à educação. Tal concepção só era possível negando-se a especificidade da criança, pensando-se que ela devia ser aquilo que se faria dela.

#### Desinteresse do médico

Tal imagem da infância explica, em grande parte, a ausência de uma medicina infantil. Sabemos que a especialidade nascerá no século XIX e que a palavra "pediatria" só surgirá em 1872. Não obstante, a segunda metade do século XVIII mostra uma tomada de consciência médica da especificidade da criança que, como o reconhece o médico inglês G. Buchan,<sup>43</sup> não ocorrera até então: "Os médicos", diz ele, "não foram suficientemente atentos à maneira de governar as crianças. Em geral, essa ocupação foi considerada como sendo da competência das mulheres, e os médicos recusaram-se freqüentemente a ver crianças doentes".

Embora várias doenças infantis sejam objeto de descrições precisas pelos médicos, como a varíola, a varicela, a caxumba, a difteria, a coqueluche, a escarlatina,<sup>44</sup> etc., a prática médica não é muito brilhante. Porque se pensava, como relata o médico escocês, que as doenças das crianças eram mais difíceis de se tratar do que as dos adultos, pela simples razão de que estes últimos não falam quando são pequenos. Ora, a fonte principal de informações eram as perguntas feitas aos doentes e não a auscultação.

Isso explica que certos médicos do século XVIII se tenham interessado pela etiologia das doenças infantis, isto é, pela teoria, e que tenham abandonado a prática às curandeiras, mesmo que pareçam recriminá-las. Buchan propõe uma explicação

<sup>43</sup> *Médecine domestique*, p. 14 a 17 (1775).

<sup>44</sup> J.N. Biraben, *Le médecin et l'enfant au XVIII<sup>e</sup> siècle* (Annales de Demographie Historique, 1973), p. 215 a 223.

para esse desinteresse: "A medicina foi bem pouco atenta à conservação das crianças, e isso por indiferença e desconhecimento da riqueza potencial da infância... Quantos esforços, quantas despesas não se fazem todos os dias para prolongar por algum tempo um velho corpo debilitado e pronto a falecer, enquanto milhares daqueles que podem se tornar úteis à sociedade perecem sem que ninguém se digne ministrarlhes o menor socorro, ou se digne olhá-los."<sup>45</sup>

O texto de Buchan, traduzido pelo médico francês Duplanil em 1775, marca muito bem a modificação de estado de espírito e a explica. Os que conheceram as duas ideologias podem, melhor do que nós, analisar as atitudes opostas que adotaram sucessivamente. Ora, Buchan é claro: antes, a criança contava pouco porque não aparecia nem como insubstituível nem como uma personalidade única, nem sobretudo como uma riqueza. E Buchan, que compreendeu bem a mentalidade de seus contemporâneos, conclui: "Os homens sabem avaliar as coisas apenas pela sua utilidade presente, e jamais pela utilidade que possa vir a ter algum dia... Não é preciso buscar outras causas para a indiferença geral com que é vista a morte das crianças."<sup>46</sup> Decididamente, Buchan não é só um bom psicólogo, como há nele também um fisiocrata, pois mais ainda do que a indiferença paterna de seus contemporâneos, é o seu mal cálculo que ele condena. Para eles, a criança não tem grande valor, nem valor específico, nem valor econômico a longo prazo.

Em 1804, um outro médico, Verdier-Heurtin, faz ainda um balanço muito negativo da medicina infantil. Atribui essa carência ao fato de que "ainda não nos convencemos de que é uma medicina diferente daquela das outras idades."<sup>47</sup> Prova de que os médicos — dos homens — levarão muito tempo para admitir a especificidade dessa etapa da vida. Em princípios do século XIX, a medicina infantil continua entregue às mu-

<sup>45</sup> Buchan, *op. cit.*, p. 16 (grifo nosso).

<sup>46</sup> *Op. cit.*, p. 16-17.

<sup>47</sup> Verdier-Heurtin, *Discours sur l'allaitement*, p. 50-53.

lheres que, diz ele, "têm mais confiança nos devaneios do grande Albert<sup>48</sup> do que em nossas modestas prescrições".

#### *Sua ausência na literatura*

Um terceiro indício da insignificância da criança nos é dado pelo lugar que lhe era conferido na literatura até a primeira metade do século XVIII. De modo geral, "ela é considerada na literatura como um objeto tedioso, em todo caso indigno de reter a atenção. Somos surpreendidos por uma espécie de indiferença, para não dizer insensibilidade em relação à criança".<sup>49</sup>

La Fontaine, La Bruyère ou Boileau rivalizam em condescendência quando evocam a criança.<sup>50</sup> Só Molière adotou uma posição mais nuançada nessa questão.<sup>51</sup> De modo geral, porém, o estado de espírito dos homens de letras diante da infância variará pouco até o início do século XVIII. Basta ler *La vie de Marianne*, de Marivaux (1741), ou as *Mémoires pour servir à l'histoire de la vertu*, do padre Prévost, para nos convencermos disso.

A representação literária do lugar da criança na sociedade é muito importante porque as obras dos autores citados atingem os leitores nobres e burgueses (classes que lêem e vão ao teatro) e lhes remetem uma imagem de si mesmas. Enquanto as teorias filosóficas e teológicas dirigem-se mais particularmente aos intelectuais, e portanto a um público especializado e limitado, a literatura tem um público mais amplo e é provavelmente mais significativa da mentalidade reinante no seio da classe dominante.

A versão trágica e pessimista da infância, ela opõe um desprezo real pela criança. Mais do que o mal, a criança é

<sup>48</sup> Alusão à falsa ciência que é a alquimia.

<sup>49</sup> G. Snyders, *op. cit.*, p. 173.

<sup>50</sup> *Id. Ibid.*, p. 173 a 177.

<sup>51</sup> *Id. Ibid.*, p. 291 a 293.

antes o nada insignificante ou o quase nada. É essa quase insignificância que explica em parte a indiferença materna do terceiro tipo de mulheres, de que falamos acima. Pois era necessária uma grande dose de insensibilidade para suportar, como tais mulheres o fizeram, a morte de seus filhos, mas também para escolher fazê-los viver, distanciados, numa espécie de abandono moral.

A indiferença de sua classe não explica totalmente o comportamento dessas mães. Uma parte da explicação encontra-se nos seus desejos e ambições de mulher.

a indiferença da classe não explica  
parcialmente o comportamento das  
mães pelo seu filho



## A INDIFERENÇA MATERNA

Ao buscar nos documentos históricos e literários a substância e a qualidade das relações entre a mãe e o filho, constatamos seja indiferença, sejam recomendações de frieza, e um aparente desinteresse pelo bebê que acaba de nascer. Esse último ponto é, com frequência, assim interpretado: como seria possível interessar-se por um pequeno ser que tinha tantas possibilidades de morrer antes de um ano? A frieza dos pais, e da mãe em particular, serviria inconscientemente de couraça sentimental contra os grandes riscos de ver desaparecer o objeto de sua ternura. Em outras palavras: valia mais a pena não se apegar para não sofrer depois. Essa atitude teria sido a expressão perfeitamente normal do instinto de vida dos pais. Dada a taxa elevada de mortalidade infantil até fins do século XVIII, se a mãe se apegasse intensamente a cada um de seus bebês, sem dúvida morreria de dor.

Durante muito tempo os historiadores da mentalidade mantiveram essa interpretação.<sup>1</sup> E podemos compreendê-los ain-

<sup>1</sup> Flandrin, Lebrun e Shorter não estão entre eles.

da melhor considerando que, sem realmente justificar a ação dessas mães, essa explicação nos impede de julgá-las. Ao insistir sobre os terríveis azares da vida de outrora e sobre as diversas desgraças (pobreza, epidemia e outras necessidades...) que se abatiam sobre nossos antepassados, levamos suavemente o leitor do século XX a reconhecer que, afinal de contas, na situação deles, teríamos sentido e agido da mesma maneira. Assim se opera nos espíritos a bela continuidade entre mães de todos os tempos, que reforça a imagem de um sentimento único, o Amor materno. A partir daí, alguns concluíram que podia haver maior ou menor amor materno, segundo as dificuldades externas que se abatem sobre as pessoas, mas que esse amor existe sempre. O amor materno seria uma constante transistórica.

Alguns dirão que as fontes escritas de que dispomos só dizem respeito, em geral, às classes abastadas, para as quais se escreve e a propósito das quais se escreve, e que uma classe pervertida não condena a totalidade das mães. Podemos também lembrar a atitude das camponesas de Montaignou<sup>2</sup> que, na aurora do século XIV, embalam, acariciam e choram os filhos mortos. Esse testemunho mostra simplesmente que, em todos os tempos, houve mães amantes e que o amor materno não é uma criação *ex-nihilo* do século XVIII ou do século XIX. Isso, porém, não prova de modo algum que tenha sido uma atitude universal.

Já falamos da importância do fator econômico para o comportamento das mães, bem como do peso das convenções sociais. Mas que dizer dessas mulheres das classes abastadas, sobre as quais não pesava nenhuma das duas hipóteses, já que seus maridos não precisavam do trabalho delas? Que pensar dessas mulheres que tinham todos os meios para criar os filhos junto de si, e amá-los, e que durante séculos não o fizeram? Parece que elas julgaram essa ocupação indigna de si, e preferiram livrar-se desse fardo. E o fizeram, aliás, sem provocar o menor escândalo. Pois, com exceção de alguns severos teólogos e outros

<sup>2</sup>E. Le Roy Ladurie, *Montaignou, village occitan*, p. 305 a 317.

intelectuais (todos homens), os cronistas da época parecem achar a coisa normal.

Aliás, o pouco interesse que esses cronistas demonstraram pelas mães amantes, ou dedicadas, tende a provar que esse amor não tinha então um valor social e moral. Isso mostra que sobre essas mulheres privilegiadas não pesavam nem ameaças, nem culpabilidade de nenhum tipo. No máximo poderíamos ver nelas um caso inteiramente excepcional de atitude espontânea. Pois se a "moda"<sup>3</sup> não era a maternidade, elas contribuíram muito para difundi-la, mesmo que, em fins do século XVIII, dela se considerassem vítimas.

Pareceu-nos portanto importante analisar seus comportamentos e discursos que, segundo uma lei bem conhecida, propagaram-se de alto a baixo da escala social, e lembrar com precisão as conseqüências de tais atitudes para os seus filhos.

Assim, seremos obrigados a inverter a proposição corrente: não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número.

## AS MARCAS DA INDIFERENÇA

É em busca das provas de amor que partimos agora. Não encontrá-las nos forçaria a concluir no sentido inverso.

### A morte da criança

Temos hoje a convicção profunda de que a morte de um filho deixa uma marca indelével no coração da mãe. Mesmo

<sup>3</sup>A palavra "moda" (*mode*) é termo utilizado por Talleyrand em suas *Mémoires*, p. 8: "A moda dos cuidados 'paternais' ainda não chegara (ele nasceu em 1754); a moda era outra, completamente diferente, na minha infância..." E mais acima: "cuidados demasiado multiplicados

aquela que perde prematuramente seu feto conserva a lembrança dessa morte quando desejava a criança. Sem cairmos nas manifestações patológicas do luto, toda mulher se recorda desse dia como o de uma perda irreparável. O fato de poder engendrar um outro nove meses mais tarde não anula a morte do precedente. A qualidade que atribuímos a cada ser humano, inclusive o feto viável, não pode ser substituída por nenhuma quantidade.

Era a mentalidade inversa que dominava outrora. Em sua tese, F. Lebrun escreve: "No plano humano, a morte da criança é sentida como um acidente quase banal que um nascimento posterior virá reparar."<sup>4</sup> Isso atesta a menor intensidade do amor que a mãe dedicava a cada um dos filhos. P. Ariès justificou essa insensibilidade que "é apenas muito natural nas condições demográficas da época".<sup>5</sup> Natural-ou-não, a insensibilidade nos aparece bem craramente nos anais domésticos do século XVIII. Nesses diários familiares em que o chefe de família registrava e comentava todos os acontecimentos ligados à família, são consignados os falecimentos dos filhos o mais das vezes sem comentários, ou com algumas fórmulas piedosas, que parecem mais inspiradas pelo sentimento religioso do que pelo sofrimento.

Assim, o cirurgião de Poligny<sup>6</sup> registra a morte de seus filhos acrescentando, depois de cada um, bem como para a morte de seus pais e dos vizinhos: "Deus guarde a sua alma. Amém." O único sofrimento que ele parece manifestar é pelo filho de 24 anos, que qualifica de "belo jovem".

Um outro burguês, advogado de Vaux-le-Vicomte, casa-se em 1759. Tendo um filho por ano, perde sucessivamente seis

teriam parecido um pedantismo, uma ternura muito manifesta. teria parecido alguma coisa de novo, e em conseqüência, ridícula." (No século XVIII "paternal" é freqüentemente utilizado no sentido de "parental".)

<sup>4</sup> *Les hommes et la mort en Anjou aux XVII<sup>e</sup> e XVIII<sup>e</sup> siècles*, Paris, 1971, p. 423.

<sup>5</sup> Ph. Ariès, *op. cit.* p. 30.

<sup>6</sup> Babeau, *Bourgeois d'autrefois*, 1886, p. 268-269.

deles, com as idades respectivas de alguns meses a seis anos. Ele anota a perda dos cinco primeiros sem nada acrescentar aos seus nomes. No sexto, não pode deixar de fazer um balanço: "Assim, encontro-me sem filhos depois de ter tido seis rapazes. Bendita seja a vontade de Deus!"

Tudo isso está na linhagem da célebre frase de Montaigne: "Perdi dois ou três filhos com amas, não sem pena, mas sem aborrecimento."<sup>7</sup>

A ausência aparente de sofrimento pela perda de um filho não é apanágio dos pais. As mães têm reações idênticas. Shorter cita o testemunho do fundador de um asilo para crianças achadas na Inglaterra, chocado com as mães que abandonavam seus bebês agonizantes nos regatos ou sobre os montes de lixo de Londres, onde ficavam apodrecendo. Ou ainda, a jovial indiferença de uma pessoa da boa sociedade inglesa que, "tendo perdido dois de seus filhos, observava que ainda lhe restava uma dúzia de treze".

Os franceses nada têm a invejar aos ingleses, nesse ponto. Basta ler: o que diz Madame Le Rebours em seu *Avis aux mères* em 1767: "Há mães que, ao saber da morte de seu filho em casa de uma ama, consolam-se, sem buscar a causa disso, dizendo: mais um anjo no paraíso. Tenho dúvidas de que Deus leve em conta sua resignação nesses casos. Ele permite que as crianças se formem no seio delas para que procurem torná-las homens: aliás, falariam assim se refletissem sobre as dores cruéis que essas crianças sofreram antes de sucumbir? Pois tais mães são com freqüência a causa da morte de seus filhos, pela sua negligência..."<sup>8</sup>

Mas prova maior de indiferença do que a ausência dos pais no enterro do filho, não há! Em certas paróquias, como em Anjou, nenhum dos pais se dava ao trabalho de comparecer ao enterro de um filho de menos de cinco anos. Em outras paróquias, um dos dois comparece, por vezes a mãe, outras

<sup>7</sup> Montaigne, *Essais*, II, 8.

<sup>8</sup> P. 67-68.

vezes o pai.<sup>9</sup> É certo que em numerosos casos de crianças que viviam com as amas, os pais só recebem a notícia muito depois da morte. É preciso dizer que não se empenham muito em manter-se informados da saúde do filho.

Uma última prova dessa indiferença nos é proporcionada pelo fenômeno inverso: o sofrimento pela morte de um filho é sempre notado pelos que cercam o pai enlutado. Aparentemente, é a manifestação de um comportamento curioso.

Lebrun<sup>10</sup> observa que o sofrimento de Henri Campion pela morte da filha de quatro anos, em 1653, é tão excepcional que ele mesmo sente necessidade de explicar-se: "E se disserem que um apego assim tão forte pode ser desculpável em relação a pessoas feitas e não por crianças, respondo que, tendo minha filha incontestavelmente mais perfeições do que jamais se viu na sua idade, ninguém terá razão em me culpar por acreditar que ela tenha sido sempre de bem a melhor, e que assim eu perdi não somente uma filha amável de quatro anos, mas uma amiga como se pode concebê-la em sua idade de perfeição."

Numa carta de 19 de agosto de 1671, Madame de Sévigné registra rapidamente a dor de Madame Coetquen pela morte da neta: "Ela está muito penalizada e diz que nunca mais terá outra tão bonita." Madame de Sévigné não se surpreende ante esse sofrimento porque seu objeto era excepcional. Mas se a criança não tivesse tido um caráter excepcional (sua beleza), teria sido mais pranteada do que as outras?

Com anos mais tarde, Diderot mostra a mesma sensibilidade que Madame de Sévigné ou o infeliz Campion. Numa carta a Sophie Volland, evoca a dor "louca" de Madame Damilaville com a morte repentina de uma de suas filhas, e não pode explicá-la, ou mesmo justificá-la, senão referindo-se às

<sup>9</sup> A. Bideau observa que a maioria dos pais comparecia ao enterro dos filhos na pequena cidade de Thoissey.

<sup>10</sup> *La vie conjugale sous l'Ancien Régime*, p. 144-145 (grifo nosso).

qualidades excepcionais da morta: "Compreendo que sofram os que perdem crianças como aquela."<sup>11</sup>

Todos esses testemunhos mostram que a aflição é excepcionalmente permitida, e não depende senão da qualidade particular da criança morta. Para todas as demais, teria parecido inconveniente chorar. Era porque as lágrimas pareceriam impudicas? Porque o sofrimento era contrário ao espírito da religião? Ou simplesmente porque teria sido ridículo lamentar uma criatura tão inacabada e imperfeita como uma criança, como hoje reprovamos as pessoas que choram a morte de seu cão?

#### O amor seletivo

Uma segunda atitude, própria do pai e da mãe igualmente, não pode deixar de surpreender o leitor do século XX, ou seja, a incrível desigualdade de tratamento entre os filhos, segundo o sexo e o lugar que ocupam na família. Como o amor, se era natural e portanto espontâneo, poderia voltar-se mais para um filho do que para outro? Por que, se as afinidades são eletivas, amaríamos mais o menino do que a menina, mais o primogênito do que o caçula?

Não será isso uma confissão de que amamos a criança em primeiro lugar pelo que nos proporciona socialmente e porque ela lisonjeia nosso narcisismo? Toda filha custará um dote a seu pai, sem nada lhe trazer, a não ser algumas alianças ou a amizade de seu vizinho. Pouca coisa, afinal de contas, se consideramos que alianças e amizades se rompem ao sabor dos interesses. Quanto à filha que não podemos casar por falta do dinheiro necessário à sua posição, será preciso pagar-lhe um convento, conservá-la como criada ou empregá-la como tal numa casa estranha. Não, realmente a filha não é um bom negócio para os pais, e nenhuma cumplicidade parece aproximar a da mãe. Esta guarda seus tesouros de ternura e de

<sup>11</sup> Carta de 9 de agosto de 1762.

orgulho para o primogênito, herdeiro exclusivo do patrimônio e do título quando os pais são nobres.

O herdeiro gozou, em todas as camadas da sociedade, de um tratamento familiar nitidamente privilegiado. Bastava que os pais tivessem alguns bens a deixar, modestos acres de terra ou a coroa de França, para que esse filho mais velho fosse objeto de uma solicitude exemplar. No campo, a vida cotidiana proporciona ao primogênito doçuras que outros, irmãos e filhos mais novos, não conhecem. Para ele, a melhor porção de carne de porco salgada e carne fresca, se houver. Em compensação, os mais novos só a provam raramente nos lares modestos, e as filhas, nunca.

Em seu estudo sobre o Languedoc, Yves Castan<sup>12</sup> mostra a ambigüidade da condição do primogênito. Este era ainda mais obediente do que os outros, na medida em que podia temer a possibilidade de ser deserdado em favor de um irmão mais novo e mais dócil. Mas, por outro lado, segundo numerosos documentos consultados por Castan, o primogênito parece ter a preferência afetiva dos pais. Assim, a mãe, em lugar de dividir igualmente seu amor entre os filhos, ou mesmo privilegiar os mais novos com maior ternura, para compensar sua futura miséria, acredita dever educá-los mais rigorosamente, para prepará-los, ao que dizem, para as durezas de sua sorte.

Assim, a mãe conserva junto de si o mais velho durante a primeira infância. Amamenta-o e cuida dele pessoalmente. Mas não hesita em enviar os outros para viver na casa de uma ama, e com ela os deixa por longos anos. Incontestavelmente, os primogênitos foram quase sempre mais mimados e melhor educados, segundo os recursos dos pais.

Nesse sentimento tão seletivo, onde fica o amor materno, que se afirma facilmente existir em todos os lugares e em todos os tempos?—A preferência pelo primogênito não é inocente e, provavelmente, não é natural. Castan sugere que essa

<sup>12</sup> *Honnêteté et relations sociales dans le Languedoc*, tese, 1971.

ternura materna repousava num sólido senso da previsão, não fosse a simples possibilidade da seguinte situação: se o pai morre antes da mãe, e se esta fica inválida, de quem dependerá sua sobrevivência, sua velhice e sua felicidade, senão do herdeiro? É portanto necessário manter boas relações com a pessoa de quem pode depender a nossa sorte.

Em relação ao mais novo, nenhuma necessidade de tantas precauções. Ele se alistará no exército, ou servirá como criado ao irmão ou ao vizinho. Se tem menos saúde e um pouco mais de instrução, pode esperar vestir a batina. Compreendem-se assim os ódios insuperáveis entre irmãos. Embora fosse bem observado em todos os níveis da hierarquia social, e todos a ele se sujeitassem quase unanimemente,<sup>13</sup> nem por isso esse costume deixava de provocar intensos rancores, do mais humilde dos camponeses ao mais titulado dos nobres.

Nas famílias nobres e ricas, os filhos mais novos podiam casar-se mais facilmente, mas sobretudo duas carreiras se abriam para eles: a militar e a eclesiástica. Dois irmãos mais novos célebres foram assim forçados a abraçar a vida eclesiástica: o cardeal de Bernis e o bispo de Talleyrand, que nos deixaram *Memórias* edificantes.

Sabemos que Talleyrand teve um irmão mais velho e dois outros, mais novos. Foi batizado no mesmo dia em que nasceu, na igreja de Saint-Sulpice (1754), e entregue, terminada a cerimônia, a uma ama que o levou imediatamente para sua casa, no bairro de Saint-Jacques. Durante mais de quatro anos, sua mãe não o reviu uma única vez e nunca pediu notícias suas. Ignorou, portanto, o acidente que o alcançou, deformando-lhe o pé. Ela só se deu conta de sua desgraça após perder o primeiro filho. Transformado no mais velho, Charles Maurice já não podia se: militar, nem representar gloriósamente o nome da

<sup>13</sup> Castan: o assassinato do primogênito pelo irmão mais novo. Cf. "Pères et fils en Languedoc à l'époque classique." Na revista *Dix-Septième Siècle*, 1974.

família. Decidiram, contra a sua vontade, fazer dele um eclesiástico. E, o que é pior, forçaram-no a renunciar a seu direito de primogenitura em favor do irmão mais novo. Em suas *Memórias*,<sup>14</sup> conta-se que ele teria sido despojado por um conselho de família, com cerca de treze anos de idade, de seu direito de mais velho em favor do irmão Archambaud, então com cinco anos. Podemos facilmente imaginar a cena: a humilhação e a vergonha do adolescente aleijado, transformado em mais velho pelo acaso e rejeitado ao rol dos mais novos por causa de um outro acidente, resultante em grande parte da indiferença materna. Mas Madame de Talleyrand extraiu disso uma lição prática. Interessada em conservar uma descendência para a família, conservou junto de si o novo herdeiro e o caçula, que cresceram sob o teto paterno.

A história de Talleyrand é particularmente odiosa talvez por causa do aleijão que dela resultou, e que nos comove porque o podemos imaginar. Mas seu caso não foi excepcional, e veremos que serão numerosas as crianças que voltarão estropiadas, enfermas ou agonizantes das casas das amas. Sem falar de todas as que não voltaram, mas que, apesar de seu número considerável, estão imersas para nós numa massa abstrata de números. Invocar no seu caso as necessidades econômicas e demográficas não nos basta. Para muitas delas, os pais tiveram escolhas a fazer entre seus interesses pessoais e a vida do filho. E muitas vezes foi a morte que escolheram, por negligência e egoísmo. Não nos devemos esquecer de que essas mães devem também ser levadas em conta na história da maternidade. Talvez não sejam suas representantes mais gloriosas, mas tiveram o mérito de desvendar-lhe uma imagem cruel. Não é, por certo, a única imagem da maternidade, mas é uma imagem que conta tanto quanto as demais.

<sup>14</sup> P. 16, nota 1.

#### A recusa do aleitamento

As mulheres, como Madame de Talleyrand ou as netas do conselheiro Frossard, não estavam dispostas a sacrificar seu lugar e posto na Corte, ou simplesmente sua vida social e mundana, para criar os filhos. O primeiro ato dessa rejeição era a recusa do aleitamento. Para explicar esse ato antinatural, as mulheres dos meios abastados invocaram certo número de argumentos que tinham por finalidade menos justificar sua ação do que desculpar a sua inação. Outras, não obstante, dirão claramente as coisas, ou seja: isto me aborrece e tenho coisa melhor a fazer.

#### AS EXPLICAÇÕES DAS MULHERES

Entre os argumentos citados com mais freqüência predominam duas desculpas: a amamentação é fisicamente má para a mãe, e pouco conveniente. Nos argumentos de ordem física, o primeiro, habitualmente usado pelas mulheres, é sua própria sobrevivência. Não hesitavam em dizer que, se amantassem seu bebê, privar-se-iam de "um suco precioso, absolutamente necessário à sua própria conservação"<sup>15</sup>. Tal razão, destituída de qualquer fundamento médico, podia sempre impressionar a sociedade. Invocava-se, além disso, uma excessiva sensibilidade nervosa, que seria perturbada pelo choro da criança.

Mas a mesma mulher que um choro perturbaria é descrita assim pelo poeta Gilbert, em sua sátira do século XVIII: "Mas assim como na morte do condenado Lalli (Tollendall), arrastado em espetáculo ao cadafalso, ela irá sem hesitar a essa horrível festa, comprar o prazer de lhe ver cair a cabeça."

Sabemos, segundo outras fontes,<sup>16</sup> que as mulheres elegantes não eram as últimas a correr às execuções. No suplício

<sup>15</sup> Linné, *La nourrice marâtre* (1770), p. 228.

<sup>16</sup> Barbier, Collé ou Casanova.

de Damiens, em especial, que foi particularmente bárbaro, algumas mostraram um entusiasmo próximo do delírio. Mas os gritos do condenado as molestavam sem dúvida menos do que os de seu filho!

A mesma ordem de idéias pertence a desculpa comumente apresentada da fraqueza de sua constituição, motivo absoluto de não aleitamento. Ouviremos, porém, os moralistas do fim do século XVIII zombarem desse pretexto. São as mesmas, dirão eles, que evocam com complacência a sua fragilidade e sua pobre saúde, e fazem terríveis banquetes comendo os pratos mais indigestos, vão dançar nos bailes até cair de cansaço e correm por todos os espetáculos até perder o fôlego.

Por vezes, em lugar de se apiedar da própria saúde, as mulheres utilizam o argumento estético e juram que, se amamentarem, perderão a beleza, isto é, o seu bem essencial. Alegava-se, e se alega ainda hoje, que a amamentação deforma o seio, amolecendo-os. Muitas não queriam correr o risco de semelhante dano e preferiam recorrer a uma ama-de-leite.

Mas se o risco de perder a saúde e a beleza não fossem suficientes para comover, as mulheres podiam apelar ainda para a ordem social e moral, que não deixava ninguém indiferente.

Em primeiro lugar, as mulheres (e portanto as famílias) que se acreditavam acima do vulgo, consideravam pouco digno amamentarem elas mesmas os filhos. Como as damas da nobreza há muito tempo haviam dado o exemplo, essa negligência tornara-se rapidamente uma marca de distinção para as demais. Amamentar o próprio filho equivalia a confessar que não se pertencia à melhor sociedade. Assim, um médico do século XVIII, Dionis, dizia: "As burguesas, e até as mulheres dos menores artesãos, transferem para outras as suas obrigações maternas." Reflexão talvez demasiado rápida e geral, mas que mostra um aspecto das mentalidades.

<sup>17</sup> Verdier-Heurtin, *Discours sur l'allaitement*, p. 25.

Por sua vez, intelectuais como Burlamaqui e Buffon mostravam o mesmo desdém pelo aleitamento materno. Falando do bebê, Buffon escreve: "Deixemos de lado o desgosto que podem causar os detalhes dos cuidados exigidos por esse estado."<sup>18</sup> Afirmações masculinas que não foram de modo algum desmentidas pelas mulheres. Aparentemente, "os detalhes dos cuidados" a serem proporcionados às crianças não lhes trazia nenhuma satisfação.

Em nome do bom-tom, declarou-se a amamentação ridícula e repugnante. A palavra "ridícula" retorna com frequência nas correspondências e livros de memórias. Mães, sogras e parteiras desaconselham a jovem mãe a amamentar, pois a tarefa não é nobre o bastante para uma dama superior. Não ficava bem tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê. Além de dar uma imagem animalizada da mulher "vaca leiteira", é um gesto despuerado. Essa razão não é destituída de peso no século XVIII. O pudor é um sentimento real que não podemos deixar de lado nessa recusa de amamentar. Se a mãe amamentasse, devia esconder-se para isso, o que interrompia por um longo período a sua vida social e a de seu marido.

Os maridos, por sua vez, não deixaram de ter responsabilidade nessa recusa das esposas a amamentar. Alguns se queixam da amamentação pela mulher como de um atentado à sua sexualidade e uma restrição ao seu prazer. Outros demonstram clara aversão pelas mulheres que amamentam, com seu forte cheiro de leite<sup>19</sup> e seus seios que ressumam sem cessar. Para eles, o aleitamento é sinônimo de sujeira. Um verdadeiro antidoto contra o amor.

Mesmo que o pai não sinta aversão, o bebê amamentado pela mãe o perturba constantemente. Pois os médicos e os moralistas da época estão sempre de acordo em proibir as relações sexuais, não só durante a gravidez como durante toda a

<sup>18</sup> R. Mercier, *L'enfant dans la société au XVIII<sup>e</sup> siècle* (antes do *Émile*) p. 55, Dakar, 1961.

<sup>19</sup> Louis Joubert, citado em *Entrer dans la vie*, p. 160.

duração do aleitamento. O esperma, dizem, estraga o leite e o faz azedar. Portanto, põe a vida da criança em perigo. Como a medicina continua, no século XVIII, a difundir essa idéia falsa, o pai se vê reduzido a um longo período de continência sem prazer. Como, por outro lado, ao desafiar o tabu descobria-se que a mulher era menos fértil durante o aleitamento, o pai via-se ante uma alternativa desagradável. Ou tinha o seu prazer sem temer muito um novo filho (tentação bem agradável) e pôr a vida do bebê em risco; ou então privava-se do prazer para conservar o filho. A solução mais evidente era trocar o leito conjugal por alguns amores adúlteros. Solução que evidentemente desagradava muito às esposas. Num caso ou no outro, a coesão familiar ficava ameaçada.

O bebê é objetivamente um estorvo para os pais e podemos compreender que tenha sido entregue aos bons cuidados de uma ama mercenária até o desmame. Mas as mães não se limitam a isso, pois é a criança, seja qual for a idade, que rejeitam em bloco. Ela é um empecilho para a mãe não apenas na vida conjugal, mas também nos prazeres e na vida mundana. Ocupar-se de uma criança não é nem divertido, nem elegante.

As mulheres que põem sua tranqüilidade e seus prazeres em primeiro lugar aderem por completo ao poemeto de Coulanges:

"Haverá algo mais triste  
que um bando de meninos que choram?  
Um grita papai, outro, mamãe,  
e outro ainda pede pão.  
E para ter esse prazer,  
ficamos marcados como um cão."

Os prazeres da mulher elegante residem essencialmente na vida mundana: receber e fazer visitas, mostrar um vestido novo, freqüentar a ópera e o teatro. A mulher de vida social joga e dança todas as noites até as primeiras horas da manhã. Gosta,

então, de "gozar de um sono tranqüilo, ou que pelo menos só seja interrompido pelo prazer."<sup>20</sup> "E ao meio-dia ela ainda dorme."<sup>21</sup>

Todas essas mulheres têm a consciência bem tranqüila, já que o meio em que vivem admite a necessidade da vida mundana quando se tem certa posição, e que os próprios médicos reconhecem que tais obrigações são desculpas válidas para não amamentar. Um médico, Moreau de Saint-Elier, afirmava em meados do século XVIII que o cuidado dos filhos "é um encargo constrangedor... na sociedade".

Se a isso acrescentamos que nada é menos elegante, segundo o ideal mundano da época, do que "parecer amar em demasia os filhos"<sup>22</sup> e perder com eles seu precioso tempo, temos a resposta mais evidente ao problema do abandono dos filhos pelas mães abastadas ou ricas. Isso porque as pequenas burguesas, mulheres de negociantes ou do juiz local, pouco sujeitas às mundanidades, apressavam-se a copiar suas irmãs mais favorecidas. A falta de uma vida social brilhante, podiam adquirir um primeiro sinal de distinção desembaraçando-se também dos filhos. Mais valia não fazer absolutamente nada do que dar mostras de se ocupar de coisas tão insignificantes.

Tudo isso, porém, não basta para explicar esse comportamento.

<sup>20</sup> Toussaint, *Les mœurs* (1748).

<sup>21</sup> Madame Le Prince de Beaumont, *Avis aux parents et aux mères sur l'éducation des enfants* (1750), p. 77.

<sup>22</sup> Vandermonde, *Essai sur la manière de perfectionner l'espèce humaine* (1750). Assim pensava Montesquieu, citado pelo padre Dainville: "tudo o que se relaciona com a educação dos filhos; com o sentimento natural, parece ao povo algo baixo." O mesmo acontecia nas classes abastadas: "nossos costumes são que o pai e a mãe não criem mais os seus filhos, não os vejam mais, não os amamentem mais. Não nos comovemos mais ao vê-los, são coisas que escondemos de todos os olhos, e uma mulher perderia a elegância se aparentasse preocupação com os filhos." No mesmo espírito, Turgot confessa na carta a Madame de Grafigny, em 1751: "envergonhamo-nos de nossos filhos."



Lembre-mo-nos das advertências dos teólogos do século XVI, que censuravam às mães sua ternura ilícita pelos filhos. Em fins do século XVIII, toda a *intelligentsia* lhes fará a censura inversa e estigmatizará sua *secura*. Devemos, portanto, perguntar: que aconteceu durante dois séculos?

⊕ Sem dúvida a ausência do sentimento da infância existia antes desse período. Mas as mulheres amamentavam quase unanimemente os filhos, e os conservavam juntos delas, pelo menos até os oito, dez anos. E, estranhamente, é no momento mesmo em que começa a nascer e a se desenvolver esse sentimento da infância que as mulheres recuam em relação aos seus deveres maternos. Os fatos só não são contraditórios se restringimos a definição da mulher nos limites da maternidade.

Ora, os séculos XVII e XVIII constituem justamente um período em que a mulher que tinha recursos para isso tentou se definir como tal. A obra foi facilitada pelo fato de que a sociedade ainda não atribuía à criança o lugar que hoje lhe conferimos. Para tanto, a mulher teve de esquecer as duas funções que outrora a definiam por inteiro: a de esposa e a de mãe, que só lhe davam existência em relação a outrem.

## A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

Ao procurar definir-se como ser autônomo, a mulher devia fatalmente experimentar uma vontade de emancipação e de poder. Os homens, a sociedade, não puderam impedir o primeiro ato, mas souberam, com grande habilidade, opor-se ao segundo e reconduzir a mulher ao papel que jamais devia ter abandonado: o de mãe. Além disso, recuperaram a esposa.

Para compreender o comportamento de rejeição da maternidade pelas mulheres, é preciso recordar-se de que nessa época as tarefas maternas não são objeto de nenhuma atenção, de nenhuma valorização pela sociedade. São consideradas, na melhor das hipóteses, no mais; na pior, uma coisa vulgar. As

mulheres não obtinham, pois, nenhuma glória sendo mães, e no entanto essa era sua função principal. Elas compreenderam que, para ter direito a alguma consideração, deviam seguir outro caminho que não o da maternagem, pela qual ninguém lhes mostrava gratidão.

Mas para poder apenas pensar nisso já era preciso estar bastante liberta dos fardos próprios à condição feminina mais comum: contingências materiais, autoridade do marido e isolamento cultural. Assim, era melhor ser francesa do que italiana, aristocrata ou burguesa do que trabalhadora, mulher da cidade do que camponesa.

Por que as francesas?

É fato reconhecido por todos que as francesas foram as primeiras a confiar seus filhos legítimos a amas. E o fizeram de maneira tão generalizada que em meados do século XVIII os filhos de famílias citadinas amamentados pelas mães eram exceções. Roger Mercier afirma que essa prática foi mais comumente imitada do que se pensa em outros países da Europa.<sup>23</sup> Mas não em todos. Curiosamente, esqueceu-se o caso da Inglaterra e da Alemanha, para só fixar na memória uma atitude tipicamente francesa. Assim, Helène Deutsch<sup>24</sup> menciona a atitude das francesas durante esses dois séculos como se tivesse sido única na Europa. Aberração inexplicável, segundo suas palavras, em relação à norma materna universal.

É difícil encontrar uma explicação plenamente satisfatória para esse fenômeno francês, mas também inglês e, acessoriamente, alemão. Podemos, no máximo, observar que a França e

<sup>23</sup> *Op. cit.*, p. 31-32: Apoiando-se em obras de moral e de medicina, Mercier confirma que, "na Inglaterra, não só as mulheres das classes altas, como também todas as que têm meios financeiros para isso, se preciso privando-se de outras despesas, recusam-se a amamentar os filhos... Na Alemanha, o mesmo abandono, pois que, à falta de amas, busca-se um meio de substituí-la pelo aleitamento artificial..." Em contrapartida, na Holanda e nos países nórdicos, como a Suécia, a amamentação mercenária era pouco praticada.

<sup>24</sup> *Psychologie de la femme*, Paris, PUF, tomo II, p. 9.

a Inglaterra eram considerados os países mais liberais da Europa em relação às mulheres. Pillorget<sup>25</sup> observa que, desde fins do século XVI, as francesas têm uma vida e um comportamento mais livre do que as espanholas e as italianas, mas que as inglesas são ainda mais livres do que as francesas. Cita o testemunho de um contemporâneo inglês, afirmando que "a Inglaterra é um paraíso para as mulheres. . .". Na mesma época, nossos bons autores dizem o mesmo sobre as francesas. A opinião geral faz da França o país por excelência da liberdade feminina.<sup>26</sup> Não só se zombava da barbárie dos costumes turcos, como também sentia-se orgulho por não se imitar o ciúme titânico dos espanhóis e dos italianos.

É verdade que, contrariamente às suas irmãs mediterrâneas, a francesa de posses tinha toda a liberdade de movimento e contatos com o mundo. A vida social que é cultivada facilita o encontro dos sexos sem provocar dramas à italiana. A galantaria, mas não a libertinagem, como o diz Pradon<sup>27</sup> em resposta à sátira 10 do misógino Boileau.

Não se pode explicar essa liberdade feminina francesa ou inglesa por uma atitude particular da Igreja para com elas. Mas podemos notar que essas duas nações eram consideradas como as mais desenvolvidas da Europa, seus costumes como os mais refinados do mundo.

<sup>25</sup> Pillorget, *La tige et le rameau*, Paris, Calmann-Lévy, 1979, p. 57.

<sup>26</sup> Padre de Pure, *La précieuse*: "A maior das doçuras de nossa França é a da liberdade das mulheres; ela é tão grande em todo o reino que os maridos quase não têm poder sobre elas, e as mulheres são soberanas. O ciúme não é menos vergonhoso para o marido do que a devassidão da sua mulher."

<sup>27</sup> Magendie, *La politesse mondaine et les théories de l'honnêteté en France au XVII siècle*, p. 88-89: "A liberdade honesta que nos permitimos em França, longe de aumentar o vício elimina a libertinagem; utilizar aqui, como em outros climas, grades, ferrolhos, chaves e correntes, que muitas vezes apenas tornam mais ousados os tímidos, a honra e a virtude servem aqui de guias."

Na França, as aristocratas foram as primeiras a praticar a arte de viver sem filhos. Mais liberadas das preocupações materiais, tendo tempo e dinheiro em abundância, elas parecem ter ilustrado, antecipadamente, o princípio de Tocqueville, segundo o qual são as pessoas mais favorecidas que mais dificilmente suportam a menor alienação. Tendo talvez considerado que seu tempo seria melhor empregado em fazer algo diverso daquilo que qualquer outra mulher poderia fazer em seu lugar, por algum dinheiro, elas adotaram uma vontade de distinção e de poder. As guerras civis lhes proporcionaram oportunidades. Seus modelos foram insígnies, pois três mulheres foram regentes do reino em menos de cem anos.

Nesses tempos conturbados numerosas castelãs foram úteis auxiliares de seus maridos. Souberam defender seus castelos e conservar intactos os bens familiares, a exemplo da célebre Chrétienne d'Aguerre, que recrutava exércitos, fazia-se ouvir nos conselhos e disputava a Provença ao duque de Savóia. Madame de la Guette, a baronesa de Bonneval, a condessa de Saint-Balmont e muitas outras não causaram menor impressão. Todas essas mulheres que deram prova de coragem em momentos perigosos mostraram às demais mulheres de sua casta que elas podiam desempenhar as mesmas funções que os homens e tão bem quanto eles.

Por ocasião da Fronda, as grandes aristocratas quiseram participar. Era uma oportunidade excelente para se distinguirem. A duquesa de Chevreuse, a Grande Mademoiselle, a duquesa de Montbazon e certamente a duquesa de Longueville rivalizaram em intrigas, proezas e cavalgadas. Chefes de guerra a serviço dos príncipes, essas mulheres esqueceram seu sexo na busca da glória. A Fronda era muito mais o seu triunfo do que seus esposos ou filhos.

Sem dúvida, os nomes acima mencionados representam apenas um núcleo muito reduzido de aristocratas, mas seus atos tiveram grande repercussão, e todas as mulheres de sociedade se apaixonaram pela política. Citam-se com freqüência, por

exemplo, as palavras da neta de Madame de Rambouillet: "Ora esta, minha avó, falemos de assuntos de Estado, porque eu já tenho cinco-anos." E a frase de Mazarin, que se queixava dessa paixão peculiar às francesas durante as negociações do tratado dos Pireneus. Ele teria confidenciado então ao ministro espanhol Dom Luis de Haro<sup>28</sup>: "Sois bem feliz: *tendes, como todo mundo aliás, dois tipos de mulheres, coquetos em abundância e muito poucas mulheres de bem*: as primeiras só pensam em agradar aos amantes; as segundas, ao marido; uma e outras só têm ambições de luxo e vaidade. As nossas, ao contrário, pudicas, velhas, jovens, tolas ou hábeis, querem se imiscuir em tudo. Uma mulher de bem não dormiria com o marido, nem uma coquete com seu amante, se eles não lhes falassem antes sobre os negócios do Estado! *Querem tudo ver, tudo conhecer, tudo saber, e, o que é pior, tudo fazer e confundir tudo.*"

Eis que entre a cortesã e a mulher de bem (a esposa, a mãe) delinea-se uma mulher que não é uma coisa nem outra, que quer "tudo saber... e tudo fazer". Um ser nem carne nem peixe, que se assemelha a um homem, que quer imitá-lo e que não é homem. Fator de perturbações, aos olhos do primeiro-ministro de uma regente, o sexo frágil comete o crime de querer se fazer de sexo forte e igualar-se a ele. Aí reside a desordem numa sociedade monarquista paternalista e muito hierarquizada.

As parisienses mais abastadas, nobres e burguesas, quiseram imitar as grandes aristocratas. A falta de ambições políticas, buscaram por sua vez afirmar sua independência e brilhar por alguma distinção. O fato de viver numa grande cidade lhes oferecia duas possibilidades raras nesse começo do século XVII: uma vida social refinada e uma vida cultural sem precedente; a arte da galantaria virtuosa, ou o saber tradicionalmente reservado aos homens. Essas duas opções serão, sucessivamente, as das preciosas e as das sabichonas até meados do século XVIII.

<sup>28</sup> Citado por L. Batiffol. *La duchesse de Chevreuse*, Paris, Hachette, 1913, p. 212 (grifo nosso).

Assim tentarão elas igualar-se aos homens, ou mesmo sujeitá-los.

Devemos voltar por um instante ao fenômeno urbano, julgado patológico por uns, alienante por outros. Dado que vimos anteriormente os fatores da alienação urbana, passemos ao outro aspecto das coisas. A cidade, e especialmente a cidade grande, é também um lugar de liberação para outras categorias de pessoas. Para as mais favorecidas, significa encontros e cultura. É por excelência o lugar do saber, onde reinam o espírito e as oportunidades de diálogo.

É fácil imaginar que as mulheres mais privilegiadas quiseram brilhar fora do lar, em lugar de permanecer confinadas em casa, entre os deveres de dona-de-casa e de mãe, que não lhes valiam nenhum reconhecimento específico. Dentro em pouco, já não pensavam senão em seu salão, não tinham mais tempo para se ocupar da família e da casa. Exclusivamente dedicadas a si mesmas, não tinham mais um segundo a consagrar a outrem.

Aí está a grande diferença entre a mulher abastada da cidade e a camponesa rica. As condições de vida desta podem explicar sua fidelidade ao aleitamento materno e à maternagem em geral. A camponesa, mesmo dispondo de meios, não tem oportunidade para fazer outra coisa. Pouco sai de sua fazenda e de suas terras, e seria muito malvisto que abandonasse o filho para ler um livro, supondo-se que soubesse ler correntemente. Nada nem ninguém podem levá-la a outro terreno senão o da maternagem. Nem galantaria, nem cultura a ameaçam. Toda a sua virtude (seu valor) reside na sua modéstia, e seu poder não ultrapassa o âmbito de sua cozinha e do seu galinheiro: no máximo, comanda os filhos e os criados. Nenhuma solicitação exterior podendo chegar até ela, a camponesa permanece apegada às suas funções tradicionais, que alguns chamam de naturais. Mas não será talvez por falta de escolha?

Em oposição, as mulheres abastadas das cidades tiveram todas as tentações possíveis para distraí-las dessas funções tra-

ditionais. Aparentemente, pelo menos, elas foram felizes assim durante todo um longo período, antes de perceber que talvez tivessem sido usurpadas. Pensavam, sem dúvida, alcançar o poder partilhando em condições de igualdade o saber outrora reservado aos homens. Obrigadas a constatar seu fracasso, elas abandonaram essa partida para jogar outra.

Antes de chegar a essa mudança de atitude das mulheres, vejamos como venceram as primeiras batalhas feministas, em detrimento, é preciso reconhecer, de seus filhos.

### OS MEIOS DE EMANCIPAÇÃO

Desde o início do século XVII, as mulheres que quiseram se distinguir encontraram na galantaria seu terreno favorito. Após trinta anos de guerras civis, os costumes franceses estavam impregnados de grosseria, ou mesmo de brutalidade.

A renovação dos costumes não partiu da corte do rei fanfarrão, mas dos salões parisienses mantidos por mulheres movidas por ambições novas. É nos salões aristocráticos, cujo modelo continua sendo o de Madame de Rambouillet,<sup>29</sup> depois nos burgueses, que renascerá a polidez mundana, esquecida com a corte dos Valois. Foi ali, e mais tarde nas alcovas das preciosas, que surgiram uma nova civilidade e uma cultura elitista, de que as mulheres foram incontestavelmente o elemento mais ativo.

A causa primeira desse movimento precioso é um gosto arrebatado da distinção. E para se distinguir era preciso, antes de mais nada, opor-se aos valores correntes. Como a maioria dos mortais era constituída de gozadores, escravos e ignoros, elas procuraram ser platônicas, livres e cultas. O pior dos males sendo a vulgaridade que se apega ao corpo e negligencia o pensamento, as preciosas consideraram um dever cultivar o espí-

<sup>29</sup> A residência Rambouillet, construída em 1610, exerceu grande influência de 1620 até a época da Fronde.

rito e dominar os sentidos. Retornando à antiga filosofia da liberdade pela ascese, elas, mais do que as mulheres filósofas, do século XVIII, não quiseram ser senão puros intelectos. Assim as define o padre de Pure: "Uma suma do espírito, um extrato da inteligência humana."

Essas mulheres do Grande Século haviam compreendido que era principalmente do seu corpo que decorria sua escravidão. Quando o homem o usufrui, possui ao mesmo tempo a mulher inteira, seja ela sua esposa ou sua amante. É por isso que *L'Astrée* (1610), bíblia do amor durante meio século, concluía pela necessidade de uma virtuosa frieza.

Francamente hostis ao casamento e à maternidade, as preciosas não renunciavam ao amor. Quêrem espiritualizá-lo, separando-o dos apetites sensuais. Essas "jansenistas do amor"<sup>30</sup> preconizam o método no desejo como Descartes na razão. Toda a sua arte consiste em fazer-se desejar sem se deixar possuir.

Contrariamente às opiniões de certos zombeteiros, nem todas tiveram a coqueteria vulgar das mulheres provocantes. Mas na medida em que se faziam respeitar, dominavam o seu amor e os desejos do outro. Podiam exigir sem cessar maiores provas de apego, de respeito e de submissão. Numa palavra, podiam ser ao mesmo tempo livre e soberana. Exatamente o contrário da condição da mulher esposa e mãe.

É por isso que Mademoiselle de Scudéry rejeita resolutamente o casamento e a posse, que caminham juntos.<sup>31</sup> Faz pouco caso "das damas que não sabiam ser outra coisa senão mulher de seu marido, mãe de seus filhos e senhora de sua família." Mesmo quando o amor preside o casamento, essa união é fonte

<sup>30</sup> Expressão atribuída a Ninon de Lenclos e retomada por Saint-Evremond.

<sup>31</sup> Diz ela: "Quero um amante sem querer um marido, e quero um amante que, contentando-se com a posse de meu coração, me ame até a morte..." Ou seja, a situação exatamente oposta aos laços habituais entre homem e mulher que se casam sem amor, laços que engendram sujeição da esposa.

de distanciamento. A continuidade dos cuidados mútuos altera a pureza inicial dos sentimentos e a autoridade da família do marido é um jugo insuportável.<sup>32</sup> E há ainda outra humilhação que pode parecer doce e não é menos azeda. Ouçamos Eulalie: "uma bela dama que enterrou com honra seus sogros, avós, e madrasta. . . quando se acredita livre de um mal, cai em outro. Teve de lastimar a velhice, agora lastima a juventude fecunda e demasiado abundante, que a fez mãe e a sujeita a cada ano a um novo peso, a um perigo visível, a uma carga importuna, a dores indizíveis e a mil conseqüências desagradáveis. Mas é preciso sofrê-las sem dizer palavra: a idéia do dever predomina sobre todas as outras e condena todos os momentos de indiferença que se possa ter. . ."<sup>33</sup>

Esse texto de Michel de Pure é certamente um dos mais cruéis que jamais se escreveu contra o casamento. Marido, família do marido, e filhos são impiedosamente relegados à categoria das desgraças da mulher. Robert Bray<sup>34</sup> nota que se poderia acreditar que a diatribe é exagerada, e portanto excepcional. Não obstante, diz ele, a tendência que expressa parece ter sido bastante generalizada.

Invertendo totalmente os valores sociais de sua época, as preciosas parisienses não foram, malgrado que se disse, um microcosmo ridículo. A resistência tão grande e as zombarias que a elas se opuseram são apenas indícios de uma influência não desprezível. Molière faz ironia com elas, porque as suas idéias adquiriam alguma importância não só na capital, mas também nas províncias. Cathos e Magdelon são prova disso. Com elas, são cruelmente ridicularizadas todas as "pretensiosas" de província, que querem escapar à sua condição social e feminina.

<sup>32</sup> Cf. Diatribe contra o casamento por uma das preciosas do padre de Pure, citada por G. Mongrédien, *Les précieux et les précieuses*, Paris, Mercure de France, 1939, p. 149-150.

<sup>33</sup> *Id. Ibid.*

<sup>34</sup> *La préciosité et les précieux*, 1948, p. 164.

Elas afirmam inabilmente suas aspirações mundanas, não só para sair de sua classe pequeno-burguesa, mas também para melhor se opor à sua vida futura de mãe de família.

Ridículas talvez para todos os que não toleram que se deseje deixar a condição original, essas primeiras feministas são comoventes, como todos os autodidatas. Sua inabilidade não impediu a propagação de algumas de suas idéias. Nos meios que se pretendiam refinados, os homens mudaram sensivelmente de atitude para com suas esposas ou amantes. Os valores familiares tradicionais perderam seu peso, embora essas preciosas tenham tido inimigas acerbadas entre as que pensavam que "a virtude escrupulosa determinava que uma dama não soubesse fazer outra coisa senão ser mulher de seu marido, mãe de seus filhos e senhora de sua família e de seus escravos".<sup>35</sup>

Elas tiveram também adversários renitentes entre os burgueses, tão bem descritos por Molière, apegados aos valores tradicionais: os Sganarelle, Gorgibus ou Chrysale "que consideram as mulheres apenas como as primeiras escravas de suas casas, e proibiam às suas filhas ler outros livros afora os que lhes serviam para orar a Deus".

Essas mulheres precisaram de muita coragem e perseverança para ler os livros proibidos. Não que arriscassem grande coisa ao desafiar as proibições, mas haviam recebido uma educação tão medíocre, para não dizer nula, que nos surpreende sua ambição intelectual. E, finalmente, a sua realização.

A primeira geração de mulheres ambiciosas acompanhara certamente mais a forma do que o fundo. Por vezes mais vaidosas do que cultas, o sonho de uma Academia feminina as empolgava mais do que o árduo trabalho intelectual. Seus inimigos aproveitaram-se dessa fraqueza e dela zombaram exagerando-a. É certo que as intelectuais autênticas, como Mademoiselle de Scudéry, não eram numerosas. A grande maioria das mulheres tinha uma desvantagem inicial muito grande, sua ignorância

<sup>35</sup> Texto do *Grand Cyrus*, tomo X.

absoluta, para que pudessem esperar, a menos que fossem geniais, superá-la realmente. No máximo podia esperar, com algum talento, dissimular sua ignorância.

Para melhor avaliar o caminho percorrido por algumas dessas mulheres, é preciso lembrar que toda educação propriamente intelectual lhes era proibida. Na escola, em casa ou no convento, evitava-se desenvolver esses espíritos. E mesmo se houve, aqui e ali, pequenas modificações de programa, o conteúdo do ensino das meninas foi de uma mediocridade espantosa até a primeira metade do século XIX, pois a finalidade era sempre a mesma: fazer delas esposas crentes, donas-de-casa eficientes.

Num internato ou num convento do século XVII, ensinava-se mais ou menos a ler e escrever, mas o essencial do ensino se dividia entre os trabalhos de agulha e os cursos de religião. Em numerosos estabelecimentos, as moças, abandonadas a si mesmas, saíam tão ignorantes quanto tinham entrado. E quando a sua educação se fazia em casa, sob a suposta direção da mãe, os resultados não eram muito mais brilhantes, salvo exceção. Ricas, como a princesa de Orleans, tinham direito essencialmente a lições de boas maneiras. Meninas pobres da nobreza de província, como Madame de Maintenon, vigiavam os perus enquanto aprendiam algumas páginas dos *Quatrains* de Pibrac.

Pouca coisa fica, no todo, desse ensino. *L'Histoire mondiale de la femme*<sup>36</sup> menciona um levantamento sobre o número de cônjuges capazes de assinar o registro de casamento no final do século: 79% dos homens e 85% das mulheres eram totalmente analfabetos. Se as mulheres da nobreza são menos do que as outras, ainda assim há entre elas numerosos casos de moças semi-analfabetas, como a mãe do duque de Rohan, incapaz de ensinar o filho a ler, ou Mademoiselle de Brézé, que teve de voltar ao convento depois do casamento com o futuro Grande Condé, para aprender a ler e escrever. Em pleno século

<sup>36</sup> *Histoire mondiale de la femme (XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles)*, Paris, Nouvelle Librairie de France, 1965, p. 19.

XVIII, os memorialistas contam que uma das filhas de Luís XV saiu do convento sem saber ler.

Para as que tinham aprendido a ler e escrever, restava ainda um longo caminho a percorrer para ser Philaminte ou Madame du Châtelet, um século depois. Era necessário um formidável gosto do saber para galgar da moral de Pibrac às discussões filosóficas, para decidir ser estóica ou epicurista, para optar entre a física de Descartes ou a de Gaseendí.

As preciosas perseveraram, portanto, no caminho da cultura e do saber. Suas filhas foram cultas e, para isso, elas utilizaram todas as oportunidades possíveis. Como nem a casa, nem o internato lhes ensinava alguma coisa, elas dali saíam assim que podiam, para ir ao encontro das mulheres mais instruídas que elas. É por isso que ouvimos falar de mulheres que corriam de um lugar para outro, de salão em salão, de aulas a conferências... Não podendo aprender senão pela boca de outrem, e não tendo outro padrão que sua boa vontade, podiam por vezes confundir um Vadius e um Trissontin com um filósofo.

Foi certamente graças à sua vida social, que oferecia muitas ocasiões de diálogos e de aulas, que elas puderam aprender os primeiros rudimentos das ciências e da filosofia. Depois, suas leituras faziam o resto.

Pais e maridos, porém, não viam com tão bons olhos essa avidéz de cultura. Como não podiam eliminar-lhe a causa, tudo fizeram para minorar-lhe os efeitos. Do fim do século XVI a meados do século XVIII, a maior parte dos homens, e os mais eminentes deles, uniram-se para tentar, com um mesmo discurso, dissuadi-las de seguir esse caminho. De Montaigne a Rousseau, passando por Molière e Fénelon, conjuram-nas a voltar às suas funções naturais de dona-de-casa e de mãe. O saber, dizem eles, estraga a mulher, distraíndo-a de seus deveres mais sagrados.

É preciso reconhecer que preciosas e cultas faziam pouco caso da economia doméstica e deixaram fama de execráveis do-

nas-de-casa. G. Faniéz<sup>37</sup> descreve-as como sendo cada qual mais desinteressada de sua casa. Madame de Rambouillet era incapaz no lar, como Madame de Sablé, que não deixou quase nada aos filhos. O marechal de Coligny tomou da mulher a direção da casa, e conta-se que Marie de Montauron, filha de um célebre financista, só usava seus dez dedos para segurar seus mapas...

Os exemplos nesse sentido são numerosos, sendo impossível negar que Chrysale tenha razão: a ciência das mulheres prejudica muito o bom andamento da casa.<sup>38</sup> Armande, Béliise ou Philaminte não discordariam. Mas Armande respondeu antecipadamente a todas essas diatribes desde a primeira cena das *Femmes savantes*. Suas palavras resumem a ideologia feminista de suas companheiras. Comparando as alegrias do casamento com as da filosofia, o elogio desta última não se faz sem a condenação do primeiro. A mulher casada no espírito tradicional, ela diz:

“Desempenhais no mundo um pequeno papel, entre as coisas da casa vos emparedando, e sem imaginardes prazeres melhores que o ídolo do esposo, e os fedelhos dos filhos!”

Ela aconselha à reticente Henriette entregar-se antes ao Espírito: “Case-se, minha irmã, com a filosofia, que nos eleva acima de todo o gênero humano e dá à razão o império soberano.”

Armande e Philaminte não escondem suas ambições e sua vontade de poder. Esperam que o saber as eleve à posição dos homens e lhes dê o mesmo prestígio. Talvez até queiram mais do que a igualdade dos sexos. Há espírito de revanche nessas mulheres, como se esperassem que o poder intelectual casti-

<sup>37</sup> G. Faniéz, *La femme et la société française* (1929), p. 1973.

<sup>38</sup> *Les Femmes savantes*, ato II, cena VII.

gasse os homens pela tradicional sujeição feminina. Armadas do saber, Philaminte e suas irmãs entram em guerra com a raça dos maridos. Como diz muito bem Bénichou: “Lá onde elas dizem igualdade, entendemos revanche desmesurada... elas respondem à opressão com o desejo de oprimir.”<sup>39</sup>

Seus contemporâneos masculinos entenderam muito bem a mensagem. Segundo o seu grau de liberalismo, eles lhes opuseram maior ou menor virulência. Afora Poulain de la Barre, nenhum aceitou a idéia de uma igualdade dos sexos, nem mesmo no domínio do saber. Molière, pela boca de Clitandre, “admite que uma mulher saiba de tudo...”, mas exige que “ela saiba ignorar as coisas que sabe”.

Fénelon, no começo do século da Luzes, é ainda mais severo e restritivo. Concorde plenamente com o dever de modestia para as moças: “Uma moça não deve falar senão em caso de verdadeira necessidade, com um ar de dúvida e deferência: não deve sequer falar de coisas que estão acima do alcance comum das moças, por mais instruída que seja nessas coisas...”<sup>40</sup>

Mas ele recusa ao sexo feminino as poucas liberalidades que lhe havia concedido o burguês Molière, e compara a curiosidade científica a um impudor próximo do delito sexual: “Conservai seu espírito, tanto quanto puderes, nas normas comuns e ensinai a elas que deve haver em seu sexo um *pudor em relação à ciência quase tão delicado quanto o pudor que inspira o horror ao vício.*”<sup>41</sup>

Em nome disso, Fénelon estabelece um programa mínimo para a educação das moças, compreendendo um pouco de matemática (ciência abstrata, portanto viril por definição) e de literatura clássica e religiosa. Proíbe-lhes, porém, o direito, o espanhol e o italiano... E não lhes permite mais que rudimentos de latim e de história quando isso é realmente necessário para a Moral e a Religião. O essencial do tempo das

<sup>39</sup> *Morales du Grand Siècle*, Gallimard, Paris, 1948, p. 198.

<sup>40</sup> Fénelon, *De l'éducation des filles*, cap. 10.

<sup>41</sup> *Id. Ibid.*, cap. 7 (grifos nossos).

moças deverá ser consagrado, como sempre, a adquirir conhecimentos úteis à sua vida futura.

Apesar dessa resistência masculina quase unânime, nossas ambiciosas conseguiram progredir. Abandonando pouco a pouco o caminho da preciosidade, seu feminismo mudou de caráter. A partir da década de 1660, o elemento científico tornou-se seu objetivo dominante. Elas se interessam seriamente pela filosofia, a astronomia e as ciências físicas. Van Beekon<sup>42</sup> lembra seus sucessos nessas matérias, e cita as glórias das cartesianas como Madame de Grignan (1646-1705), das humanistas como Madame Dacier (1651-1720); das físicas como Madame de La Sablière (1636-1693), ou de autoras de crônicas ou de memórias históricas como Madame de Motteville (1621-1689) e Mademoiselle de Montpensier (1627-1693). Sem falar de Madame de La Fayette (1634-1692) ou de Madame de Sévigné (1626-1696). Mesmo que a maioria dessas mulheres nos sejam quase desconhecidas, seus exemplos se propagaram a pouco e pouco. Nos salões das províncias distantes, todas as mulheres relativamente abastadas e ambiciosas sonhavam imitá-las. E se não podiam adquirir o seu talento, podiam pelo menos tentar copiar sua maneira de agir. Todas essas estrelas da cultura liam muito, aprendiam línguas e freqüentavam os melhores espíritos. Em Marselha, ou em outros lugares, procura-se fazer o mesmo com os meios disponíveis (os bons espíritos)!

A filosofia das Luzes estimulava esse estado de espírito. Embora Diderot tenha aplaudido a peça de Molière, não é por acaso que *Les femmes savantes* conheceram um eclipse no século XVIII, antes de reencontrar um melhor público no século XIX. Homens como Voltaire, ligado a Madame du Châtelet, ou d'Alembert, a Julie de Lespinasse, sem falar do autêntico feminista que foi Condorcet, não puderam deixar de condenar uma peça que ridicularizava a emancipação intelectual das mulheres.

<sup>42</sup> Van Beekon, *De la formation intellectuelle et morale de la femme* (1922), p. 208.

No século XVIII, mais que em qualquer outro, com exceção do nosso, as mulheres das classes mais favorecidas puderam alcançar a autonomia intelectual. Um pequeno núcleo de mulheres, em relação aos 80% de suas irmãs analfabetas, soube provar que, com o tempo e dinheiro, as mulheres podiam ser iguais aos homens. Nessa época, as Philaminte agressivas deram lugar às mulheres lúcidas, mas desencantadas, como Madame du Deffand ou Madame du Châtelet. Esta última é o melhor protótipo das chamadas "mulheres filósofas". Autêntica intelectual, ninguém a poderia acusar de amadora. No castelo de Cirey, que abriga seus amores aplicados com Voltaire, ela estuda a fundo a física cartesiana, de que não gosta, e a de Newton, que adora. Consagra-se às matemáticas, ajudada pelo melhor professor da época: Maupertuis.

Menos amada por Voltaire do que o teria desejado, Madame du Châtelet deixou-nos diversos tratados, entre os quais um *Discours sur le bonheur* que nos mostra sua sabedoria epicurista. Decepcionada talvez com os limites da paixão do grande homem, ela confia que seu amor ao estudo foi a única compensação real à sua condição de mulher. Ela parece resumir toda a ideologia feminista de seu tempo: "O amor ao estudo é bem menos necessário à felicidade dos homens do que das mulheres... Eles têm outros meios de chegar à glória. As mulheres, porém, são excluídas de toda espécie de glória e quando, por acaso, encontra-se alguma que nasceu com uma alma bastante elevada, resta-lhe apenas o estudo para consolá-la de todas as exclusões e de todas as dependências a que está condenada pelo seu estado."

As palavras de Madame du Châtelet são bem significativas. Não só revelam o que pensa um certo número de mulheres há um século, isto é, que o saber é o único meio de emancipação, como constituem uma constatação de fracasso: O saber não basta para se tomar o poder. No máximo, as mulheres podem sonhar com o papel de conselheira oculta de um grande homem. Um poder por procuração, que não enganava Madame



du Châtelet. Madame du Pompadour, por mais poderosa que fosse, era em primeiro lugar apenas a amante do rei.

É preciso, portanto, ser muito lúcida para compreender que o saber não passa de um consolo para as mulheres, um prazer solitário que não pode satisfazer a vontade de poder.

Coube a Madame d'Epinau, rousseauiana da primeira hora, tirar as conclusões a propósito de sua consorte em espírito. Já que se proíbe ao conhecimento feminino participar da ação, condena-se a ciência das mulheres à superficialidade: "A mais culta das mulheres não pode ter senão conhecimentos muito superficiais. . . Para se poder utilizar os próprios conhecimentos, é preciso unir a prática à teoria, sem o que tem-se noções muito imperfeitas. De quantas coisas elas são impedidas de se aproximar! Tudo o que concerne à ciência da administração, da política, do comércio, lhes é estranho, lhes é proibido. . . E essas são as únicas grandes causas pelas quais os homens instruídos podem ser úteis aos seus semelhantes, ao Estado e à sua Pátria."

As palavras dessas duas grandes damas do século XVIII são muito significativas de uma modificação ideológica importante no destino das mulheres. Madame du Châtelet representa o antigo estado de espírito e encerra o período feminista de conquistas. Inteiramente voltada para seus estudos, não é por acaso que parece ter sentido tão pouco a morte de seu bebê. Em oposição, Madame d'Epinau, grande amiga de Rousseau, abre uma nova era na história da mulher. Deixando a ciência aos homens, ela se apodera simbolicamente de um novo papel, deixado vago há muito tempo: o de mãe. Em lugar de um tratado de matemática, Madame d'Epinau publica as *Lettres* a seu filho, que lhe valem um artigo entusiástico no *Mercur de France* de junho de 1756. Sob o título *Lettre à une dame occupée sérieusement de l'éducation de ses enfants*, um autor anônimo, que se diz ter sido Grimm, faz o elogio desse novo tipo de mulheres, as boas mães, e acusa as outras de uma falsa

filosofia, que as faz parecer desligadas de todos os laços humanos. É de certa forma a primeira manifestação da nova moda.

Para resumir as motivações tradicionais invocadas ou dissimuladas pelas mulheres para não se ocuparem de seus filhos, parece-nos que elas se apegam a duas razões não exclusivas. De um lado, o egoísmo que as faz preferir, acima de tudo, a sua liberdade e a sua pessoa; do outro, o amor-próprio que as impede de restringir sua dignidade de mulheres aos limites da maternidade. Revelaram-se, assim, três tipos de mulheres mais ou menos liberadas ou alienadas; embora todas elas invoquem sua liberdade como motivo essencial de sua ação.

Para umas, a liberdade é fazer o que se quer, quando se quer. Em seu caso, o filho é um entrave material a essa vida de prazer. Parece que para essas mulheres nenhum dever, nenhuma obrigação moral ou social particular se opõe ao prazer que reclamam alto e bom som. Nenhum princípio de realidade contrabalança e cria obstáculo ao princípio do prazer.

Para as mulheres de sociedade, se reivindicam a liberdade, não é mais para fazer o que querem onde querem. A mulher de sociedade quer fazer o que as outras mulheres de sociedade, as aristocratas e todas as mulheres elegantes, fazem, no momento em que o fazem. Sua liberdade consiste em se submeter o mais completamente possível às modas e aos imperativos sociais.

Livres de seus filhos, elas se apressam a obedecer a todos os caprichos da classe dominante. Seu prazer é limitado pela moral. . . do prazer; sua liberdade, pela obrigação social de parecer livre: de todos os preconceitos morais, de todas as ligações sentimentais e, certamente, de todas as obrigações econômicas.

A aparência é o grande senhor dessas mulheres, em contínua mudança, como o bom-tom. Seu objetivo é distinguir-se por todos os meios da burguesia, tão desprezada pela nobreza. Como a burguesa se definia como esposa e mãe, apressaram-se a ser o oposto. Resultado: se conseguiram libertar-se dessas

duas funções, foi para melhor se submeterem a um modelo estereotipado de mulheres liberadas. Esgotaram-se literalmente para parecer livres, ostentando um modo de vida em que a moral e os sentimentos estavam ausentes.

Os Goncourt<sup>49</sup> descreveram com humor e talento a vida dessas mulheres, cujos atos são todos marcados de mundaneidade, desde o levantar, às onze horas da manhã, até a hora de se deitar, tarde da noite: o despertar, a toalete, as visitas, a equitação, a leitura, os passeios, os espetáculos, as ceias eram ocasiões para se mostrarem em sua melhor aparência. Obcecadas pelo "parecer", trocavam uma servidão por outra sujeição.

As "mulheres filósofas" têm coisas em comum com os dois tipos de mulheres acima descritos, mas também se distinguem delas. Das primeiras têm o egoísmo, pois querem se desembaraçar de todos os entraves materiais para melhor viver para si mesmas. Como as segundas, dão mostras de um grande desejo de liberdade. Mas contrariamente às primeiras, sua liberdade não se define em termos de prazer. Em oposição às segundas, para elas o termo liberdade é sinônimo de autonomia real e de independência em relação ao modelo feminino mais comum, indicador de uma triplíce servidão: a maternidade, que sujeita a mulher ao filho, o casamento, que a sujeita ao marido, e a mundaneidade, que a sujeita a um código. Para elas, a liberdade não é dada, mas adquirida por um longo trabalho de liberação intelectual. Ora, todos sabem, desde Aristóteles, que a ciência exige ócios e uma independência real em relação às necessidades e a outros obstáculos materiais ou sentimentais.

// Mas quer sejam filósofas, mulheres do mundo ou gozadoras, todas essas mulheres tinham em comum o mesmo egoísmo sólido. Todas sacrificaram suas obrigações maternas a seus desejos pessoais, fossem eles insignificantes ou legítimos. As menos favorecidas, que só pensavam em imitá-las, ofereceram o

<sup>49</sup> E. e J. Goncourt, *La femme au XVIII<sup>e</sup> siècle*, p. 99 a 105.

exemplo da indiferença, que foi elevada à categoria de valor dominante.<sup>50</sup>

Veremos agora a que preços foi paga essa escolha, e qual foi o destino trágico de seus filhos. Examinando os registros de sepultamento dos séculos XVII e XVIII, somos bastante tentados a inverter a frase hegeliana e dizer que a vida dos pais é paga com a morte dos filhos.

### OS TRÊS ATOS DO ABANDONO

No século XVII e sobretudo no século XVIII, a educação da criança das classes burguesas ou aristocráticas segue aproximadamente o mesmo ritual, pontuado por três fases diferentes: a colocação na casa de uma ama, o retorno ao lar e depois a partida para o convento ou o internato. A criança viverá no máximo, em média, cinco ou seis anos sob o teto paterno, o que não significa absolutamente que viverá com os pais. Podemos dizer, desde já, que o filho do comerciante ou do artesão, como o do magistrado ou do aristocrata da corte, conhecerá uma solidão prolongada, por vezes a falta de cuidados e com freqüência um verdadeiro abandono moral e afetivo.

#### *A entrega à ama*

Freqüentemente, o primeiro ato do abandono é desempenhado alguns dias, ou mesmo algumas horas, após o nascimento da criança, como aconteceu com o jovem Talleyrand. Mal saído das entranhas maternas, o recém-nascido é entregue a uma ama. São numerosos os testemunhos sobre esse costume que faz a criança desaparecer rapidamente da vista dos pais. Sébastien Mercier, como bom observador dos costumes de seu tempo, descreve, não sem ironia, a visita à parisiense recém-parida. Para comemorar o parto, os pais promovem uma recep-

ção em casa, para que todos possam cumprimentar a família feliz. Não obstante, observa Mercier,<sup>44</sup> falta à mãe "o encanto mais interessante e que daria ao seu estado um ar mais respeitável: o filho em seu berço". E acrescenta: "Observei que ninguém ousava falar do recém-nascido ao pai, ou à mãe."

Notemos em primeiro lugar a surpresa de Mercier ante um comportamento muito difundido, que só se explica pela redação tardia de sua obra, de 1782 a 1788, época em que a moda eram as idéias de Rousseau. Mercier julga, portanto, o antigo comportamento materno pela óptica do *Emile*.<sup>45</sup> Em seguida, dá a entender que essa cerimônia lhe parece deslocada, senão imoral. Considera chocante que a comemoração de um nascimento seja pretexto para um ato mundano entre outros, e que em lugar de se festejar a criança e a mãe, preste-se homenagem a uma mulher que se deve esquecer que é mãe.

Enquanto os pais recebem os conhecidos, o bebê já está nos braços de sua ama. Segundo o chefe de polícia de Lyon: "Há, em nosso povo, três maneiras de conseguir amas: são previamente contratadas, são encontradas ou recorre-se a mensageiras."<sup>46</sup>

O primeiro método é praticado pelas grandes famílias. Os pais, com a ajuda de um médico, escolhem com cuidado a ama, como aconteceu com o jovem duque de Borgonha em 1682, ou com os filhos de Maria Antonieta. Para isso, seleciona-se a que parece "a mais sadia e de bom temperamento, de boa cor e carne branca. Não deve ser gorda nem magra. É preciso que seja alegre, bem-disposta, viva, bonita, sóbria, mansa e sem nenhuma paixão violenta".<sup>47</sup>

Se considerarmos que dos 21 mil bebês parisienses nascidos em 1780, houve quase mil amamentados a domicílio por

<sup>44</sup> Sébastien Mercier, *Tableaux de Paris*, tomo V, p. 465.

<sup>45</sup> *Emile*, livro I, p. 258: "respeita-se menos a mãe cujos filhos não se vê."

<sup>46</sup> Prost de Royer, *Mémoire sur la conservation des enfants* (1778).

<sup>47</sup> *Dictionnaire de Trévoux*, artigo *Nourrice*.

uma ama-de-leite, é fora de dúvida que não houve mil amas escolhidas com tanto cuidado quanto aquelas dos lactentes reais. E Prost de Royer observa que nas famílias menos ricas e menos célebres, muitas vezes se contrata uma ama sem que se tenha conseguido aquilo que se deseja. "Recorre-se aos serviços de um intermediário qualquer, que desaparece ou que se engana. Chegado o dia, a ama não existe, nunca foi mãe, nada prometeu ou aceitou outro encargo. A que chega é uma mulher asquerosa e doentia, que a mãe não vê e com quem o pai pouco se preocupa."

O segundo método, mais característico das classes populares, consiste em se preocupar com a escolha da ama depois que a criança nasce: "É quando começam as dores do parto que o pai se põe a procurar uma ama." Dirige-se, então, aos vizinhos, percorre os mercados e as ruas, e fica com a primeira camponesa que aparece, sem examinar-lhe a saúde, ou o leite, sem sequer verificar se realmente o tem.

O terceiro método, o mais comum, é o recurso às mensageiras, chamadas "recomendadoras", que são intermediárias que fazem ponto nos mercados ou nas grandes praças. Elas mantêm uma espécie de agência de empregos, que só serão realmente regulamentados em 1715.

Antes disso, e fora de Paris, elas têm uma atividade muito anárquica: "Sem nome, sem domicílio, assistem ao batismo, recebem a lembrança, levam a criança, entregam-na pelo menor preço, ou a confiam ao primeiro que aparecer. . . Não dizem à ama o nome da criança. . . Não dão à família o nome de uma ama que ainda não têm, e que esperam encontrar em seguida."<sup>48</sup>

Dá a constatação amarga do chefe de polícia de Lyon em 1778: "Enquanto nossos asilos registram e numeram todas as crianças abandonadas que lhes são entregues — enquanto o caçador marca seu cão com medo de vê-lo trocado; enquanto o açougueiro distingue cuidadosamente os animais destinados a ser abatidos para a nossa alimentação, a criança do povo sai

<sup>48</sup> Prost de Royer, *op. cit.*, p. 15.

de nossos muros sem certidão de batismo, sem nada escrito, sem indicações, sem que se saiba o que será dela." Sua vida depende de uma intermediária que não tem registro e não sabe ler. Se desaparece ou morre, todas as crianças a ela entregues se perdem junto.

Essa crítica muito severa de Prost de Royer é confirmada pelos moralistas dos fins do século XVIII. Todos ressaltam, com ironia, que a maioria das pessoas são mais atentas e mais exigentes quando se trata de escolher uma criada, um moço de estrebria para cuidar de seus cavalos, e mãis ainda um cozinheiro para os alimentar. Dessa indiferença inicial segue-se naturalmente uma situação catastrófica para as crianças colocadas em casa de amas.

As mais pobres começam por sofrer a prova cruel da viagem que as deve levar ao campo. Segundo o médico Buchan, amontoam-nas em carroças mal cobertas onde são tão numerosas que as pobres amas se vêem obrigadas a segui-las a pé. Expostas ao frio, ao calor, ao vento e à chuva, não mamam senão um leite aquecido pelo cansaço e o jejum da ama. As crianças mais frágeis não resistiam a esse tratamento e com freqüências as amas as devolviam aos pais, mortas, poucos dias após sua partida.

Garden conta alguns casos<sup>49</sup> que figuram nos relatórios de polícia de Lyon ou de Paris sobre essas horríveis condições de transporte. Uma intermediária leva seis bebês numa viatura pequena, dorme e não percebe que um bebê cai e morre esmagado por uma roda. Um transportador encarregado de sete lactentes perde um deles, sem que se possa saber o que foi feito do bebê. Uma velha encarregada de três recém-nascidos afirma não saber a quem os destina.

Toda a sociedade mostra tamanha indiferença que será preciso esperar 1773 para que a polícia ordene aos acompanhantes e outros transportadores de crianças a utilização de viaturas cujo fundo seja suficientemente coberto de palha nova,

<sup>49</sup> Garden, *op. cit.*, p. 70.

que sejam cobertas com uma boa lona, e que as amas as acompanhem na carroça, para evitar a queda de algum bebê...

As crianças que sobrevivem à prova da viagem (em que morrem entre 5 e 15%, segundo a estação do ano) não chegam com isso ao termo do seu sofrimento. A primeira razão é a situação catastrófica das próprias amas. Médicos e moralistas do século XVIII as acusarão de todos os pecados: ambição do ganho, preguiça, ignorância, preconceitos, vícios e doenças. Mas, pelo que sabemos, poucos refletirão sobre as causas desses pecados. Um deles, porém, o médico lionês Gilibert, reconhecerá em 1770 que a razão de tantos erros, freqüentemente mortais, é a pobreza indescritível dessas amas: "mulheres atoleimadas pela miséria, vivendo em pardieiros..."<sup>50</sup>

Gilibert mostra que são obrigadas a trabalhar na lavoura com o suor de seu rosto, passando a maior parte do dia longe de casa. "Durante esse tempo, a criança fica totalmente abandonada a si mesma, afogada em seus excrementos, estrangulada como um criminoso, devorada pelos mosquitos... O leite que mama é um leite aquecido por um exercício violento, um leite ácido, seroso, amarelado. Assim os acidentes mais terríveis as põem a um passo do túmulo."<sup>51</sup>

Essas pobres amas são por vezes doentes: enfraquecidas porque mal nutridas, sofrendo da sífilis contraída nas cidades, por vezes sarnentas ou portadoras de escrófulas e de escorbuto. Suas enfermidades alteram o leite e contaminam o bebê. E como censurá-las, em meio a essa indiferença geral?

Como também censurá-las por manter junto de si seu próprio filho e alimentar filho das outras com os restos, que completam com papas inteiramente indigestas? Mistura de água e de pão que mastigam previamente, antes de dar à criança. Por vezes lhes dão também castanhas trituradas, um pouco de trufa ou de pão pesado dissolvido em um pouco de vinho azedo. Como se surpreender com a constatação de Gilibert: "Dentro

<sup>50</sup> E. Shorter, *op. cit.*, p. 222.

<sup>51</sup> Gilibert, *Dissertation sur la dépopulation*, 1770, p. 286.

em pouco o ventre está intumescido, ocorrem convulsões e esses pequenos infelizes morrem.”

É preciso esperar o século XVIII para que as amas dêem leite de vaca em pequenos chifres furados (precursores das mamadeiras) porque, segundo um preconceito firmemente arraigado na mentalidade popular, acredita-se que sugando o leite suga-se também o caráter e as paixões de quem amamenta. Esse procedimento, porém, encerra perigos, pois elas desconhecem a parte exata de água que deve ser misturada ao leite.<sup>52</sup>

Finalmente, a criança é alimentada sem regras nem horários. Mama quando isso convém à ama. Em demasia, ou muito pouco. Disso decorre um sem-número de pequenas doenças que se podem tornar fatais: acidez, gases, cólicas, diarréias verdes, convulsões ou obstruções, e febres.

A essa má alimentação é preciso acrescentar práticas que são por vezes assassinas, como a utilização de narcóticos para fazer a criança dormir e ficar tranqüila. Xarope de diacórdio, láudano, aguardente<sup>53</sup> são de uso corrente nas províncias meridionais. Ali, as farmácias vendem esses produtos com tanta facilidade que não é raro a criança morrer de uma dose excessiva, ao que se conta.

Mas quando a alimentação não é fatal ao bebê, sua natureza tem ainda de vencer um mal temível: a sujeira e a falta de um mínimo de higiene. O médico Raulin<sup>54</sup>, entre outros, pinta um quadro catastrófico da criança atolada em seus excrementos durante horas, por vezes dias inteiros, ou mais. As amas deixam por vezes transcorrer semanas sem mudar certas roupas da criança, ou a palha sobre a qual ela se deita.

<sup>52</sup> O uso da mamadeira estava porém muito difundido em outros países da Europa, como na Alemanha e na Rússia. Cf. A. Chamoux, "L'allaitement artificiel", *Annales D. H.*, 1973, p. 411-416. Em sua *Autobiographie*, Thomas Platter conta que foi alimentado com um chifre.

<sup>53</sup> Shorter, *op. cit.*, p. 224.

<sup>54</sup> Raulin, *De la conservation des enfants*, 1769.

Isso também provoca uma série de doenças, apesar das reiteradas advertências dos médicos, que não chegam até as amas, mas poderiam ter sido ouvidas pelos pais...

O médico Gilibert testemunha pessoalmente: "Quantas vezes, ao despirmos as crianças, não as vimos cobertas de excrementos que denunciavam sua prolongada permanência junto às exalações empesteadas; a pele desses infelizes estava toda inflamada, coberta de úlceras sórdidas. À nossa chegada, elas teriam trespassado o coração mais feroz com os seus gemidos; seu tormento pôde ser avaliado pelo alívio imediato que sentiam quando eram libertadas e desamarradas... Estavam inteiramente esfoladas e, se tocadas com um pouco menos de delicadeza, lançavam gritos pungentes. Nem todas as amas levam a negligência a esse extremo revoltante. Mas podemos afiançar que há muito poucas suficientemente vigilantes para conservar as crianças num estado satisfatório de limpeza, ou seja, para evitar completamente as doenças que as ameaçam."<sup>55</sup>

O uso do enfaixamento era outro fator de mal-estar e de doença para o bebê. Eles eram vestidos, primeiro, com uma pequena camisa, veste grosseira que fazia várias dobras e pregas, e sobre ela um cueiro; em seguida, os braços eram colocados contra o peito, e as crianças envolvidas com uma larga faixa sob as axilas, que lhes imobilizava braços e pernas. Dobravam-se fraldas e faixas entre as coxas e completava-se o todo com uma faixa circular apertada ao máximo dos pés ao pescoço.

Os resultados desse empacotamento eram os piores. A ligadura circular pressiona as pregas cortantes contra a pele do bebê, e, quando ele é despido, seu pequeno corpo está todo marcado, vermelho e ferido. Os panos dobrados entre as coxas têm o mesmo inconveniente, e impedem que a urina e os excrementos se afastem do corpo. Daí a formação de irritações e escrófulas. As faixas apertadas apresentavam, aos olhos das amas, uma dupla vantagem: evitar a luxação da coluna verte-

<sup>55</sup> Gilibert, *op. cit.*

bral e fazer subir a gordura para debaixo do queixo, a fim de que o bebê aparentasse estar mais gordo. Mas a bandagem pressionava as costelas para dentro e perturbava os pulmões e, portanto, a respiração. Isso provocava tosses ou vômitos, pois a digestão fazia-se mal. A maior parte do tempo a criança assim amarrada chora a perder o fôlego, e tem convulsões.

Ninguém pode culpar as amas por esse costume. Há séculos, e até o século XIX, os bebês eram assim enfaixados por medo de que sua moleza provocasse algum acidente, e para que crescessem retos e bem formados. Tampouco acompanharemos os moralistas do século XVIII, que fustigaram a ama madrasta. Se elas penduram a criança num prego durante horas, pela roupa, é com a boa intenção de evitar que seja comida ou ferida pelos animais da fazenda. Não há nenhuma maldade nesse gesto, mesmo que os resultados sejam cruéis para a criança, cujo sangue circula mal.

É claro que certas amas são más com as crianças que lhes são confiadas, e muitas vezes as consideram um empecilho cuja morte não é lamentada. Mas em que seriam mais culpadas do que as mães que lhes abandonam os filhos?

Não é exagero falar de abandono materno, pois uma vez a criança entregue à ama, os pais se desinteressam de sua sorte. O caso de Madame de Talleyrand, que em quatro anos não pede sequer uma vez notícias de seu filho, não é excepcional. E no entanto, ao contrário de tantas outras, ela tinha todas as facilidades para fazê-lo. Sabia escrever e o filho vivia com uma ama parisiense.

Quatro anos é o prazo médio da permanência da criança em casa da ama. Desmamados aos quinze ou dezoito meses, ou mesmo aos vinte, as crianças não voltam por isso para a sua família. As amas as conservam para fazer a desmama até os três, quatro ou cinco anos. Por vezes mais.

Durante todo esse tempo, os pais pareciam pouco preocupados com a sorte do filho distante. Raramente o visitavam. Por vezes escreviam para se assegurar de que tudo ia bem. As

amas, ajudadas pelo vigário, respondiam invariavelmente com palavras tranquilizadoras e um pedido de dinheiro para despesas suplementares. Tranquilizada, a mãe não queria saber de mais nada, seja por evidente desinteresse, seja porque, muito pobre, preferisse ser esquecida pela ama.<sup>56</sup>

O desinteresse não é apanágio exclusivo dos mais desamparados. Numerosos casos mostram que ele atinge todas as classes da sociedade. Garden cita vários deles, notadamente o do marido de uma ama de Nantua que escreve, em 1755, ao pai natural, operário chapeleiro em Lyon: "O senhor não perguntou, desde que ele está conosco, como passa. Mas graças a Deus ele vai bem." No mesmo ano, um mestre carpinteiro (que não está na miséria) queixa-se do mau estado em que a ama e o marido lhe devolveram o filho. Estes respondem: "Não cabe a nós dar informações a pais e mães, e sim a estes ir ver seus filhos."

A verdade é que quando a criança volta ao lar paterno, quando volta, está frequentemente estropiada, malformada, raquítica, enfermiça ou mesmo gravemente doente. Os pais queixam-se amargamente e talvez com mais alarido do que se o filho tivesse morrido. Pois uma criança doente representa muitas despesas futuras e poucas vantagens a longo prazo.

#### *Governanta e preceptor*

Também para os filhos das classes abastadas, chega o momento de voltar à casa da família. O caso do jovem Talleyrand,

<sup>56</sup> Prost de Royer resumiu muito bem essa última situação: "A criança é entregue a mãos desconhecidas, é trocada durante a viagem; fica exposta, é morta sem que os pais o imaginem e se inquietem. Infelizes! Temem notícias que são sempre acompanhadas da cobrança do salário mensal da ama... Escondem-se para fugir, senão da criança de quem dão notícias, pelo menos da ama que reclama pagamentos. Por vezes, desaparecem antes de serem convocados pela justiça, e o asilo acolhe a criança como abandonada."

enviado, logo ao deixar os braços da ama, para a casa da avó, no campo, sem ver os pais, é bastante raro. Em sua maioria as crianças chegam finalmente a conhecer os pais. Esperam quatro ou cinco anos para chegar a isso. Ao voltar da casa da ama, o filho das classes abastadas é imediatamente confiado a uma governanta, até os sete anos. Em seguida, se for menino, é entregue a um preceptor.

Eis como os irmãos Goncourt descrevem a existência da menina: "Ela é instalada com a governanta nos aposentos do ático. A governanta procura torná-la uma pessoa, lisonjeando-a e mimando-a... pois ela já é dona de uma fortuna... Ensina-lhe a ler e escrever (nem sempre muito bem)... recomendava-lhe manter-se ereta e fazer reverência a todos... isso é mais ou menos tudo o que a governanta lhe ensinava."<sup>57</sup>

Durante esse tempo, a mãe parece reservar toda a sua afeição ao cãozinho que lhe serve de brinquedo e dorme no seu quarto, senão na sua cama. Com a filha, mantém relações raras e distantes. Dos pequenos aposentos onde a governanta a mantinha, a menina "não descia quase nunca aos aposentos da mãe, a não ser por um breve momento às onze horas da manhã, quando entravam no quarto de postigos semifechados os familiares e os cachorros". Seguiu-se um curto monólogo da mãe, do tipo relatado pelo príncipe de Ligne:<sup>58</sup>

— Como você está vestida! dizia a mãe à filha que lhe dava bom-dia.

— O que tem você? Não está com bom aspecto hoje. Vá passar um pouco de ruge. Não, não passe, pois não vai sair hoje.

Depois, voltando-se para uma visitante de fora, a mãe acrescenta:

<sup>57</sup> Irmãos Goncourt, *La femme au XVIII<sup>e</sup> siècle*, p. 23.

<sup>58</sup> Príncipe de Ligne: *Mélanges militaires, littéraires et sentimentales* (Dresden, 1795-1811, v. XXX).

— Como eu gosto dessa criança! Venha me dar um beijo, filhinha. Mas você está bem suja, vá limpar os dentes... Não me venha com questões, você é realmente insuportável.

A visitante acredita-se na obrigação de dizer:

— Ah! Madame, que mãe carinhosa!

— Mas é claro, sou louca por essa criança!

Comentário dos Goncourt: mãe e filha não tinham outras relações além dessas, isto é, uma visita filial de conveniência, iniciada e encerrada geralmente por um beijo no queixo da mãe, para não estragar-lhe o ruge.<sup>59</sup> Era costume, entre as mães que obedeciam à moda, manter uma fisionomia severa e rabugenta. Acreditavam conveniente à sua dignidade manter em relação à criança uma certa indiferença: "Assim a mãe aparece à filha como a imagem de um poder quase temível, de uma autoridade de quem tem medo de se aproximar. A timidez toma conta da criança... e surge o medo onde só devia haver respeito."<sup>60</sup>

Isso explica o testemunho, encontrado nas cartas de d'Aguesseau, de pais que se surpreendem com o aspecto temeroso da filha e pedem a ela que "faça desaparecer o tremor que há em seu amor filial".<sup>61</sup>

A existência do jovem aristocrata não era mais amena que a de sua irmã. Pelo contrário. Sem chegar aos excessos de violência de Frederico-Guilherme com seu filho, a severidade dos pais era coisa comum. O filho do marechal de Noailles contou que, pequeno, acordavam-no às cinco da manhã, davam-lhe uma sopa de nabos e que por vezes tinha tanta fome que tentava roubar um pedaço de carne nas suntuosas travessas que enchiam a mesa paterna. Se os criados denunciavam, o pai mandava açoitá-lo. O mesmo testemunho é dado por

<sup>59</sup> Michel de Decker, em *La princesse de Lamballe* (Perrin, 1979), relata que para a jovem Maria Tereza "a mãe... é uma dama cuja mão se beija durante a sua toailete". (p. 130).

<sup>60</sup> Goncourt, *op. cit.*, p. 6.

<sup>61</sup> *Lettres inédites de d'Aguesseau* publicadas por Rives, 1823, v. I.

Lauzun: "as mais belas roupas para sair, nu e morto de fome em casa."<sup>62</sup>

Que dizem as mães destas crianças de sete, oito anos? Nada, aprovam silenciosamente e cuidam de seus afazeres. A prova dessa atitude geral das mães nos é proporcionada por um exemplo oposto bastante excepcional para ser citado como modelo a seguir: a carta já mencionada do *Mercur de France* que felicita uma grande dama (Madame d'Epina) por cuidar seriamente dos filhos. O autor traçava um quadro muito negativo das atitudes maternas correntes e concluía: "Nada é mais raro do que uma mãe terna e esclarecida, capaz de unir o sentimento e a razão." E maravilha-se de que essa boa mãe "não os deixe sequer um momento abandonados a si mesmos... que ela mesma se encarregue de sua educação... que exerça sobre eles uma suave autoridade... que estude por si mesma o temperamento, o caráter e o gosto de seus filhos".

Se Madame d'Epina era essa boa mãe, isso não impede que tivesse, para lhe evitar qualquer fadiga, uma governanta para a filha e um preceptor para o filho...

O preceptor substituí a governanta. Fazia parte da criação, tal como o lacaio ou o escudeiro, mas, observa Crousaz, "É mais honroso livrar-se da presença dos filhos entregando-os a um preceptor do que a um lacaio".<sup>63</sup> O preceptor devia ensinar a ler e escrever, algumas palavras de latim, um verniz de geografia e uma pitada de história. Por isso, não é preciso grande esforço para encontrar alguém capaz de ocupar o cargo. "Aceita-se o primeiro que aparece: a recomendação de um criado ou de qualquer pessoa igualmente incapaz, mas a quem se está ligado por algum interesse, determina a entrega do que temos de mais precioso a mãos desconhecidas."

A escolha do preceptor não é muito diferente da escolha da ama. Opta-se em geral pelo mais barato. No século XVIII,

<sup>62</sup> Lauzun, 14, citado por Duff Cooper, 7.

<sup>63</sup> Crousaz, *Traité de l'éducation des enfants*, 1722, p. 112-114.

todos os burgueses ricos poderiam ter repetido o que Voltaire escreveu sobre o preceptor que procurava para Mademoiselle Corneille: "Se conhecer alguns pobretões que saibam ler e escrever e que possam ter um verniz de geografia e história... nós os abrigaremos, aqueceremos, daremos roupa lavada, alimentaremos e pagaremos, mas pagaremos bem pouco."<sup>64</sup>

Com efeito, não se paga muito. Encontram-se jovens seminaristas por 300 libras de honorários por ano. Alguns eram competentes como Rousseau preceptor do jovem Mably, e encarregado também da direção da adega.<sup>65</sup> Outros eram ignorantes e rudes. Eram substituídos com freqüência, como criados. Crousaz nota com amargura que os pais são pouco exigentes na escolha do preceptor: "Um homem rico não entrega o cuidado de seus cavalos a um desconhecido, quer testemunhar pessoalmente a sua capacidade para adestrá-los. Mas dá-se o mesmo trabalho para conhecer a quem entrega seus filhos?"<sup>66</sup>

As crianças dão-se conta disso e "concluem que ele só é seu mestre nominalmente, e que no fundo está infinitamente abaixo delas... é, no máximo, o primeiro dos criados."<sup>67</sup> Na realidade, os pais muitas vezes têm maior consideração pelo criado de quarto que pelo preceptor. Aliás, observa ainda Crousaz, se por vezes os criados conseguem abrir caminho para a fortuna, são muito poucos os preceptores a quem se tenha deixado uma mostra de reconhecimento pelos seus serviços. "

#### O internato

Lá pelos oito, dez anos, o costume mandava que a criança fosse novamente afastada de casa, a fim de aperfeiçoar sua educação. Antes do século XVII, ela fazia seu aprendizado na casa de vizinhos. As famílias trocavam reciprocamente seus fi-

<sup>64</sup> Voltaire, *Lettre* de 16 de dezembro de 1760.

<sup>65</sup> Rousseau, *Confessions*, I, VI.

<sup>66</sup> Crousaz, *op. cit.*, p. 112-114.

<sup>67</sup> *Id. Ibid.*



lhos, para servirem como criados ou aprendizes. Prática surpreendente, se consideramos que a criança vai aprender fora de casa, o que seus próprios pais lhe teriam podido ensinar. Mas esse uso mostra que é mais fácil ser bom patrão do que bom pai. Como se, ao intervirem os laços de sangue, as relações se tornassem mais difíceis...

Progressivamente, a partir do fim do século XVI, a escola toma o lugar do aprendizado como meio de educação. No século XVII multiplicam-se as escolas para meninos e meninas, os colégios com internatos para os maiores e os conventos para as meninas. Jesuítas e oratorianos rivalizam como melhores educadores de jovens de boas famílias. Seus melhores estabelecimentos são Louis-le-Grand e o colégio de la Flèche, de um lado, e Juilly e Sainte-Barbe, do outro.

Com as escolas e, sobretudo no final do século XVII, a criação dos internatos, que separam radicalmente os adultos das crianças, começa, segundo Ariès, um longo processo de internamento das crianças (como os loucos, os indigentes e as prostitutas) que não cessará de se ampliar até os nossos dias.<sup>68</sup> Philippe Ariès sugere que esse afastamento e essa tentativa de "despertar a inteligência" das crianças é uma das faces da grande moralização dos homens; que esta só se tornou possível com a "cumplicidade sentimental das famílias". Segundo ele, essa afeição dos pais exprime-se pelo lugar atribuído à educação e isso é uma nova prova da importância conferida à criança.

As observações de Ariès suscitaram algumas restrições. É fora de dúvida que o desejo de educação e instrução é sinal de interesse pela criança. É verdade também que a burguesia considera o saber (mais do que a nobreza, que o desprezou por longo tempo) como um meio de promoção social; uma vez que, graças a ele, ela se apoderou dos cargos do funcionalismo público e de altos postos do Estado, como as intendências. Mas não será possível ver igualmente, nessa nova atenção dos pais

<sup>68</sup> Ph. Ariès, p. III do prefácio à nova edição.

com os filhos, a marca de um outro interesse por si mesmos? A expressão de um novo orgulho desejoso de que os filhos sejam a glória dos pais, uma outra maneira de satisfazer o eterno narcisismo. E quando a moda é lançada, ninguém mais resiste a ela.

Além disso, se consideramos a atitude geral dos pais para com os filhos, e notadamente a indiferença e o egoísmo que pudemos observar, somos tentados a ver no envio para a escola, e sobretudo para o internato, um meio moralmente honroso de livrar-se deles.

Essa explicação aparece aqui e ali na literatura ou nos livros de Memórias. Assim, Buchan deplora "o erro comum a quase todos os pais e que deteriora a constituição de seus filhos, de enviá-los ainda demasiado jovens para a escola",<sup>69</sup> isto é, a partir dos sete anos, quando não se tem preceptor. E continua Buchan: "Só o fazem, o mais das vezes, para se verem livres deles. Quando a criança está na escola, já não precisam cuidar dela. É o mestre-escola que faz papel de ama."

E o tradutor francês de Buchan questiona os pais franceses: se querem todos filhos instruídos, por que vocês mesmo não lhes dão essa instrução? Sem ilusão, ele responde: "Os trabalhos, os negócios, as ocupações da vida, o amor dos prazeres, a indolência, são obstáculos que sempre se opõem a que os pais dediquem aos filhos momentos que considerariam sacrificados ao seu interesse."

Os conventos onde são instaladas as meninas à espera de casamento são a melhor prova dessa indolência dos pais, o meio de que dispõem para se livrarem das filhas. Estas eram ali deixadas por vezes desde os seis anos. Essa educação mais mundana do que real foi adotada pela grande maioria dos pais, e com presteza ainda maior por ser pouco onerosa. No reinado de Luís XIV, numa abadia importante, a pensão não ultrapassava

<sup>69</sup> Buchan, *op. cit.*, p. 71-72. Na Grã-Bretanha, escola é sinônimo de internato ou de colégio.

200 libras<sup>70</sup> por ano, custando menos, portanto, do que um preceptor. Depois que a filha entrava no convento, os pais só a reviam raramente, em algumas visitas episódicas. Era no convento que a moça esperava o marido, ao abrigo de toda tentação, contrária à virtude. Se nenhum marido se apresentava para as pobres, não era raro que as moças fossem deixadas no convento para vestir o hábito.

Quando voltavam definitivamente para casa, os pais tinham uma idéia fixa: casá-las, e livrar-se delas.

Gorgibus, o pai das preciosas, e espécime de milhares e milhares do mesmo gênero, não faz cerimônias para dizer o que pensa: "Eu me canso de tê-las em meus braços, e a guarda de duas filhas é uma carga um pouco pesada demais para um homem da minha idade."<sup>71</sup> Quis-se muitas vezes desculpar esse pai, alegando que estas palavras foram pronunciadas num momento de cólera. Mas é exatamente o que pensa. Muitos pais, como ele, que tinham abandonado as filhas no convento durante longos anos, tinham a impressão, quando elas voltavam para casa, de estar diante de estranhas constringedoras. Não tendo tido tempo de conhecê-las, tinham todos um único desejo: casá-las o mais depressa possível a fim de se livrarem delas, dessa vez para sempre, entregando-as aos braços de um marido.

A maioria dos pais observavam o mesmo procedimento em relação à filha e geralmente sem o menor sentimento de culpa. Madame de Sévigné, que também deixara a filha no convento das filhas de Sainte-Marie, em Nantes, foi uma das poucas a manifestar remorsos. Ela se espanta, em seguida, por "ter cometido a barbaridade de colocá-la na prisão".<sup>72</sup> Sabemos que ela ficou ainda mais desolada quando sua neta foi enviada,

<sup>70</sup> Babeau, *op. cit.*, p. 286. No século XVIII os preços aumentam até 600 libras nos conventos mais renomados.

<sup>71</sup> *Les précieuses*, cena V.

<sup>72</sup> M. Monnerqué, *Lettres de Madame de Sévigné*, Grands écrivains, tomo I, carta a Madame de Grignan, 6 de maio de 1676.

aos seis anos de idade, para Sainte-Marie-de-la-Visitation em Aix. Evidentemente, esses sentimentos não eram partilhados por Madame de Grignan. Seria necessário esperar cem anos para que as mães tivessem vontade de conservar junto de si os filhos.

A mesma reclusão atingia os meninos. Depois do período com o preceptor, eram enviados, com frequência cada vez maior, para concluir estudos clássicos em colégios. Primeiro moderadamente, pois o costume manda ainda que os alunos durmam em casa de famílias burguesas que residam perto do colégio, ou em casa de pedagogos, repetidores que abrigavam vários alunos e fiscalizavam o seu trabalho. Pouco a pouco, porém, os pais desejaram que os filhos ficassem sob a vigilância constante dos mestres. É certo que os jansenistas reclamavam há muito tempo tal medida. Mas o padre Dainville<sup>73</sup> observa que os jesuítas não eram favoráveis ao internato e só cederam à pressão das famílias para não perder a clientela. Foi assim que o número de internatos jesuítas passou de cinco no século XVII para quatorze no século XVIII. Por outro lado, o padre Dainville menciona a multiplicação das pensões independentes dos colégios, que compara às nossas "fábricas de diplomas" atuais. Elas se gabavam de formar mais depressa, e a menor custo, os jovens que lhes eram confiados.

Em consequência, os grandes colégios, como o Louis-le-Grand ou Sainte-Barbe, se reorganizaram: o internato foi desenvolvido a ponto de suprimir quase totalmente o externato. Este foi sendo pouco a pouco desaconselhado às famílias, pois acaba-se por ver nele o germe de todas as anarquias e subversões.

É por isso que o número de alunos internos cresceu até 1789,<sup>74</sup> estabilizando-se em seguida em torno de 1825. A título de exemplo, vemos que o colégio de Troyes tem em 1675 apenas oito internos num total de 523 alunos. Em 1744, o

<sup>73</sup> *Annales de Démographie Historique*, 1973, p. 288-289.

<sup>74</sup> Segundo um relatório de Villemain (1843), a França contava, no final do Antigo Regime, 562 colégios com 73 mil alunos.

mesmo colégio recebe 44 internos num total de 190 alunos. No fim do século XVIII, Louis-le-Grand conta 85% de internos, o que leva Ariès a dizer que se "reconhecia o valor moral e pedagógico da reclusão".

Se o desenvolvimento desses grandes colégios representa um progresso incontestável para a educação dos jovens, o dos internatos é mais ambíguo. Ele corresponde ao mesmo tempo à vontade nova de isolar a criança do mundo dos adultos,<sup>75</sup> e talvez, muitas vezes, ao desejo de se livrar dos filhos.<sup>76</sup> Se compreendemos que os pais não possam substituir os professores dos colégios, é difícil entender porque não se querem responsabilizar sequer pela sua educação moral. Deixando de lado certas incompatibilidades, como a distância entre o domicílio familiar e o colégio, e outros casos particulares de ordem material, perguntamos por que os pais adotam, tão comumente, o internato. Hoje, salvo exceções, o internamento constitui uma prova do fracasso dos pais. Transfere-se a outros a tarefa que não se pode assumir. No século XVIII, não há sequer a tentativa de assumi-la. Como explicar essa atitude, senão por um desinteresse real pelas funções paternas? No mínimo, uma louvável preocupação pedagógica fez um bom casamento com o egoísmo. Era possível livrar-se dos filhos invocando os melhores motivos intelectuais e morais. "Pelo, bem das crianças", podia-se passar por pais exemplares, e isso a preços módicos<sup>77</sup> e em prol da própria tranqüilidade.

Quando consideramos os três atos da educação (entrega à ama, governanta ou preceptor, e partida para o colégio), não

<sup>75</sup> Ariès, *op. cit.*, p. 313-317.

<sup>76</sup> Dainville cita o testemunho muito interessante dos Mercuriais do chanceler d'Aguesseau, que evocava a oposição de concepção entre os magistrados da geração precedente, preocupados em dar uma educação de qualidade aos filhos, e o desinteresse de seus contemporâneos, no início do século XVIII, por essas responsabilidades.

<sup>77</sup> Com exceção dos colégios de grande reputação, como o Louis-le-Grand, a maioria das escolas não são demasiado caras.

podemos deixar de perceber a idéia diretriz, que os preside: "como livrar-se dos filhos mantendo a cabeça erguida." É essa a principal preocupação dos pais, pois, nesse domínio, a mãe não se distingue absolutamente do pai.

Nessa época, é inútil falar de amor materno nas classes abastadas. Pode-se, no máximo, evocar um senso do dever, em conformidade com os valores dominantes e próprios aos dos pais. Para a maioria deles, o dever consiste em suportar esses fardos divinos, cuja vinda era muito mal controlada. Pois embora no final do século XVIII os casais comecem a praticar uma certa forma de contracepção,<sup>78</sup> a divina surpresa permanece mais freqüente do que se teriam desejado. Quando o filho nasce, não resta senão confiar na sábia natureza, que selecionará os melhores. O mínimo que se pode dizer é que a mãe não faz grande coisa para resistir à natureza, ou seja, no caso, para ajudar o bebê a lutar contra os imprevistos. Somos mesmo tentados a ver, nessa não interferência indolente, uma espécie de substituto inconsciente do nosso aborto. A assustadora mortalidade infantil no século XVIII é o mais gritante testemunho disso.

#### A MORTALIDADE INFANTIL →

Na França dos séculos XVII e XVIII, a morte da criança é coisa banal. Segundo os dados apresentados por F. Lebrun,<sup>79</sup> a mortalidade das crianças de menos de um ano é sempre sensivelmente superior a 25%. No conjunto da França, a taxa de

<sup>78</sup> Goubert, *Histoire économique et sociale de la France*, II, PUF, 1970, p. 80: sobre o *coitus interruptus*, "prática passageira e nunca sistemática... cujo desconhecimento parece comprovado até cerca de 1750 ou 1770".

<sup>79</sup> F. Lebrun: "25 ans d'études démographiques sur la France d'Ancien Régime. Bilans et perspectives", *Historiens et Géographes*, out. 1976, p. 79.

mortalidade infantil é, a título de exemplo, de 27,5% de 1740 a 1749 e de 26,5% de 1780 a 1789.<sup>80</sup>

Em seu estudo sobre bebês confiados a amas em Beauvaisis, na segunda metade do século XVIII, J. Ganiage encontra aproximadamente a mesma média, ou seja, uma criança em quatro não ultrapassa a etapa do primeiro ano. Depois dessa faticosa etapa inicial, a taxa de mortalidade diminui sensivelmente. Segundo Lebrun, o número médio de sobreviventes, nas diferentes idades para grupos de mil crianças, estabelece-se da seguinte maneira: 720 sobrevivem ao primeiro ano (ou seja, morrem os 25% já citados), 574 passam do quinto ano e 525 celebram o décimo aniversário.<sup>81</sup> Constatamos portanto que a hecatombe é particularmente pesada no primeiro ano e sobretudo no primeiro mês de vida.

Esses números globais, porém, devem ser modulados, pois a mortalidade infantil varia muito de uma região para outra, em função da salubridade, do clima e do ambiente.<sup>82</sup>

O segundo fator a levar em consideração, e o mais importante para nosso estudo, é a diferenciação introduzida na mortalidade infantil segundo o modo de alimentação da criança. A criança do século XVIII é mais ou menos bem alimentada segundo seja amamentada pela mãe, entregue a uma ama pelos pais ou aleitada por uma ama num asilo.

Em regra, as crianças que a mãe conserva e amamenta morrem duas vezes menos do que as que ela própria entrega a uma ama de leite.

<sup>80</sup> J. Dupaquier, *Caractères originaux de l'histoire démographique*, abr.-jun. 1976.

<sup>81</sup> Os números referidos por Ganiage em *Trois villages d'Île-de-France au XVIII<sup>e</sup> siècle* são sensivelmente os mesmos: 767 com um ano, 583 com cinco anos, 551 com dez anos.

<sup>82</sup> Em Crulai, na Normandia, o regime geral parece mais favorável à sobrevivência das crianças, já que, em grupos de mil, 698 passam dos cinco anos. Em contrapartida, numa cidadezinha do litoral insalubre do Languedoc, como Frontignan, só 399 o conseguem. Entre esses dois exemplos, conhecemos uma multiplicidade de números mais ou menos

Assim, J.-P. Bardet<sup>83</sup> observa que, em Rover, a mortalidade infantil dos bebês que ficam com a mãe, não ultrapassa os 18,7% entre 1777 e 1789. Mas é preciso notar que se trata de mães auxiliadas pelo Asilo Geral, e portanto de poucos recursos. Durante o mesmo período, a mortalidade das crianças entregue a amas pelos pais por intermédio do Asilo Geral, é de 38,1%.

Na pequena aldeia de Cotentin, Tamerville, P. Wiel<sup>84</sup> não cita mais do que 10,9% de óbitos entre crianças amamentadas pela mãe.

No subúrbio sul de Paris, Galliano<sup>85</sup> registra alguns números otimistas com relação às crianças mortas em casa de amas, já que apenas 17,7% sucumbem durante o primeiro ano. Mas é preciso lembrar que a clientela dessas amas é relativamente abastada e que o trajeto entre suas casas e a dos pais é bem curto. Portanto, a viagem é menos penosa: "Os pequenos parisienses menos abastados, cujas amas eram obtidas por meio de agência, morriam à razão de um sobre quatro." Mas, mesmo nessas ótimas condições, Galliano observa que a mortalidade exógena é o dobro da mortalidade endógena.

Finalmente, os dados relativos à cidade de Lyon e arredores são ainda mais tragicamente eloquentes. As mães auxiliadas pelo serviço de assistência materna de 1785 a 1788<sup>86</sup> e que amamentam os filhos perdem apenas 16% deles antes do primeiro ano de idade. Em contrapartida, segundo o médico lionês Gilibert,<sup>87</sup> a mortalidade das crianças confiadas a amas é

mórbidos. Em Lyon, M. Garden confirma os números apresentados por Prost de Royer: em meados do século das Luzes, uma em duas crianças morre nos primeiros anos. Mas, em média, 2/3 das crianças lionesas não chegam ao 20.º aniversário.

<sup>83</sup> Artigo citado, p. 28-29.

<sup>84</sup> P. Wiel, "Tamerville", *Annales de Démographie Historique*, 1969.

<sup>85</sup> Galliano, artigo citado, p. 150-151.

<sup>86</sup> Garden, *op. cit.*

<sup>87</sup> Gilibert, *op. cit.*, p. 326.

devastadora: "Verificamos que os lioneses, tanto burgueses como artesãos, perdiam cerca de 2/3 de seus filhos sob os cuidados de amas mercenárias."

Uma observação do doutor Gilibert sobre a origem social das crianças é interessante, pois mostra que a morte não está reservada às crianças pobres. Isso é confirmado pelo estudo de Alain Bideau<sup>88</sup> sobre a cidadezinha de Thoisy, onde as crianças de origem relativamente abastada morriam também em grande número em casa de amas das paróquias próximas. Ali, como em outros lugares,<sup>89</sup> as crianças aleitadas pela mãe são privilegiadas.

A sorte das crianças encontradas, cujo número aumentou constantemente no século XVIII, era ainda bem pior. F. Lebrun<sup>90</sup> constata que entre 1773 e 1790 o número médio de crianças abandonadas anualmente é de 5.800. Quantidade enorme, se lembramos que os nascimentos anuais em Paris giram em torno de 20 a 25 mil crianças. Mesmo sabendo que mães estranhas à capital para lá se dirigem para abandonar os filhos, o número continua sendo impressionante.

Entre essas crianças abandonadas, é preciso ainda distinguir entre filhos legítimos e os ilegítimos. Bardet mostrou que, em Rouen, os segundos morrem mais e mais depressa que os primeiros. A. Chamoux<sup>91</sup> confirma esse fenômeno em Reims. A razão é simples: são as crianças mais maltratadas.

Segundo Lebrun, à falta de números precisos, podemos calcular grosseiramente que havia 1/3 de crianças legítimas para 2/3 de ilegítimas. Se, em Reims, a causa quase geral do abandono das crianças é a terrível miséria dos pais, talvez seja preciso nuançar a observação no tocante a Paris. Um estudo

sobre 1.531 pais que abandonaram um filho em 1778 mostra que nem sempre sua condição ou profissão eram o que se imagina. Lebrun<sup>92</sup> observa que, entre eles, conta-se um terço de burgueses de Paris, um quarto de mestres artesãos e comerciantes, um outro quarto de trabalhadores e biscateiros.

As principais razões do abandono são de ordem econômica e social.<sup>93</sup> Não obstante, há também um bom número de pequenos-burgueses que abandonam seus filhos, com a idéia de buscá-los alguns anos mais tarde. Pensam que estes receberão melhores cuidados no asilo do que os que eles mesmos lhes poderiam proporcionar. Mas apenas um número ínfimo de pais recupera efetivamente os filhos um dia. De um lado, porque se esqueciam de reclamá-los, de outro, porque a realidade do asilo era bem diferente do que tinham imaginado.

No último terço do século XVIII morrem, antes de um ano, mais de 90% das crianças abandonadas no asilo de Rouen, 84% em Paris, e 50% em Marselha.<sup>94</sup>

Esses números mostram de maneira definitiva as maiores possibilidades de sobrevivência das crianças amamentadas pela mãe, ou à sua falta, por boas amas, devidamente remuneradas e cuidadosamente escolhidas pelos pais. De modo geral, constata-se uma porcentagem de mortalidade que varia do simples ao dobro, segundo a criança seja ou não amamentada pela mãe, e de um a seis, ou um a dez, segundo seja ou não abandonada.

Portanto, a entrega à ama é "objetivamente" um infanticídio disfarçado. Isso é ainda mais evidente quando sabemos que a hecatombe ocorre, sobretudo no primeiro ano de vida da criança, e principalmente no primeiro mês.<sup>95</sup> Passado o pri-

<sup>88</sup> Lebrun, *op. cit.*, p. 156.

<sup>89</sup> Cf. a dificuldade de ter um filho antes ou fora do casamento, causa do desespero de numerosas mães.

<sup>90</sup> Bardet, *op. cit.*, p. 27; Tenon, *Mémoire sur les hôpitaux de Paris*, p. 280.

<sup>91</sup> Os estudos feitos em Rouen ou em Reims atestam isso. Na primeira cidade, 69,8% das crianças abandonadas morrem antes de um

<sup>88</sup> A. Bideau, artigo citado, p. 54.

<sup>89</sup> A. Chamoux, "L'enfance abandonné à Reims à la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle", em *Annales de Démographie Historique*, 1973, p. 277: "É dupla a mortalidade se o recém-nascido não é alimentado pela mãe."

<sup>90</sup> F. Lebrun, *op. cit.*, p. 154-155.

<sup>91</sup> *Op. cit.*, p. 277.

meiro mês fatídico, os números declinam e constata-se que, após o primeiro ano, a mortalidade das crianças entregues a amas não é muito maior que a daquelas amamentadas pela mãe.

Somos tentados a pensar que se todas essas crianças tivessem sido conservadas pelas mães, ainda que por um ou dois meses, antes de serem abandonadas ou confiadas a amas, quase um terço delas teria sobrevivido. Para explicar essa atitude inconscientemente assassina, invocou-se sempre a miséria e a ignorância que a acompanham: como pobres pessoas analfabetas teriam podido saber o que esperava os seus filhos na casa da ama de leite ou no asilo?

O argumento é incontestável no que diz respeito a grande parte da população. Mas não para toda ela. Mesmo que geralmente não se saiba o que vai ser do bebê abandonado, a repetição dos acidentes e das mortes deveria ter alertado e inquietado quanto à sua sorte. O mínimo que se pode dizer é que não se procurou realmente saber o que acontecia com todas essas crianças. Quanto aos bebês entregues às amas pelos próprios pais, a desculpa da ignorância é ainda mais discutível. Aliás, no final do século XVIII, muitas mães de origem modesta queixam-se na justiça das más amas que lhes devolvem o filho em mísero estado.

Em Lyon, Prost de Royer cita o caso de várias mães que choraram lágrimas de sangue ao ver o filho voltar agonizante para casa. Uma delas, que perdeu sete filhos entregues a amas, pergunta ao chefe de polícia\* "se para as pobres mulheres do povo que não podem amamentar, não haveria nenhum meio de conservar os filhos". Outras mulheres movem processo contra as más amas que lhes "estragam" os filhos. Mas nada disso impede a maioria das mães de continuar recorrendo a elas, pois

mês. Na segunda, um pouco menos de 50%. Em Paris, 82% no Hôtel-Dieu.

\* Prost, *op. cit.*, p. 21.

a necessidade de trabalhar lhes impede amamentar elas mesmas os filhos.

Não obstante, como explicar a atitude dos artesãos e dos comerciantes abastados? Como acreditar por um só instante em Rousseau, quando diz, para justificar o abandono de seus cinco filhos contra o desejo de Thérèse (que mesmo assim consentirá): "Pesando tudo, escolhi para meus filhos o melhor, ou o que julguei ser o melhor. Eu teria desejado, e ainda desejaria, ter sido criado e alimentado como eles o foram."<sup>97</sup>

O egoísmo de Rousseau faz pensar!

O que dizer, finalmente, do comportamento de burgueses bem instalados, como os pais de Madame Roland, que, apesar do massacre sucessivo de todos os seus filhos, continuam imperturbavelmente a entregar os seguintes a amas? Nesse caso, nem a miséria, nem a ignorância podem acobertar esses infanticídios. Só o desinteresse e a indiferença podem explicar tal atitude, que até um período avançado do século XVIII não era realmente condenada pela ideologia moral ou social. Esse último ponto é capital, pois parece mostrar que, se não sofre nenhuma pressão desse gênero, a mãe age segundo sua própria natureza, que é egoísta, e não impelida por um instinto que a faria se sacrificar ao filho que acaba de pôr no mundo.

Alguns levantaram a hipótese de que os pais é que compeliam as esposas a adotar tal atitude. É culpa de Rousseau se Thérèse abandona os filhos, culpa do salsicheiro se a salsicheira entrega os seus a uma ama, do homem do mundo se a mulher da sociedade faz o mesmo. Houve seguramente numerosos casos em que as coisas se passaram assim. Mas como se ater a essa explicação que visa exclusivamente justificar as mulheres transformando-as em vítimas dos homens? Nem todas as mulheres estiveram à mercê de carrascos que teriam exigido delas o sacrifício de seu instinto e de seu amor. Ao contrário, vimos que

<sup>97</sup> Rousseau, *Les confessions*, livro VIII, ed. la Pléiade, tomo I, 1959, p. 357-358.

os pais tradicionais, do tipo de Chrysalé, queixam-se amargamente do desprezo votado pela esposa ao cuidado dos filhos.

É mais justo concluir por uma convivência entre pai e mãe; marido e mulher, para adotar os comportamentos que acabamos de examinar. Simplesmente, ficamos menos chocados com a atitude masculina porque ninguém, até hoje, erigiu o amor paterno em lei universal da natureza. É preciso, acreditamos, resignarmos-nos a relativizar igualmente o amor materno e constatar que "o grito da natureza" pode não se fazer ouvir.

Veremos que se tornará necessário, no final do século XVIII, lançar mão de muitos argumentos para convocar a mãe para sua atividade "instintiva". Será preciso apelar ao seu senso do dever, culpá-la e até ameaçá-la para reconduzi-la à sua função nutritiva e maternante, dita natural e espontânea.

## SEGUNDA PARTE

### UM NOVO VALOR: O AMOR MATERNO

É no último terço do século XVIII que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar.

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes "ordenam" amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho.

No fim do século XVIII, o amor materno parece um conceito novo. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, se não todo o tempo e em toda parte. Aliás, evoca-se com prazer sua existência nos tempos antigos, e nós mesmos constatamos que o teólogo J.L. Vivès se queixava da excessiva ternura das mães em meados do século XVI. Mas o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exalta-